



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**Projetos para Votação em Plenário**

1) PL 258/2004	Ver. CALVO (PMDB)	Votação			
ALTERA O ART. 7º, ITEM, 4, DA LEI 13.399 DE 01 DE AGOSTO DE 2002, ALTERANDO A DENOMINAÇÃO DA SUBPREFEITURA CASA VERDE/ LIMÃO/ CACHOEIRINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)  Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. POLÍTICA URBANA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** altera o art. 7º, item 4, da Lei nº 13.399, de 1º de agosto de 2002, modificando a denominação da Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha para Casa Verde/Limão/Cachoeirinha.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 17).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** favorável “na forma do Substitutivo apresentado” para adequar o projeto “à melhor técnica legislativa” (fls. 23/24).

**Comissão de Administração Pública:** favorável “nos moldes do SUBSTITUTIVO apresentado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente” (fls. 32).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

O projeto, caso aprovado, implicará despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 258/2004**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Rubens Calvo, visa alterar o art. 7º, item 4, da Lei nº 13.399, de 1º de agosto de 2002, modificando a denominação da Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha para Casa Verde/Limão/Cachoeirinha.

A douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente apresentou substitutivo para adequar o projeto “à melhor técnica legislativa”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Política



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.  
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

2) PL 431/2009	Ver. RICARDO TEIXEIRA (PV)	Votação			
DISPÕE DA REGULAMENTAÇÃO E CONTROLE DO SALÁRIO DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB) Parecer: CONTRARIO Há voto em separado do Ver. Abou Anni: FAVORÁVEL COM SUBSTITUTIVO			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 2 (duas) sessões em 09/09/2015 a pedido do Ver. Abou Anni;

Adiado por 2 (duas) sessões em 14/10/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

Pendente de votação em 04/11/2015. Os vereadores votaram como segue:

Favoráveis ao relatório do relator: Aurélio Nomura, Ota, Paulo Fiorilo e Ricardo Nunes;

Favorável ao voto em separado do Ver. Abou Anni: José Police Neto.

**ASSUNTO:** dispõe sobre a regulamentação e controle do salário do funcionário público do município de São Paulo, vetando a qualquer funcionário público municipal o recebimento de vencimentos superiores aos do Senhor Prefeito Municipal. A propositura considera funcionários públicos municipais os da Administração Direta, Indireta e Fundacional.

Prevê ainda que não poderá haver acúmulo de cargos que tornem os vencimentos dos referidos funcionários superiores ao do Senhor Prefeito Municipal.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela **legalidade** (fls. 25/26).

**Comissão de Administração Pública:** solicitou informações ao Executivo, com respostas as folhas 27-37.

**SEMPLA:** "(...) Verifica-se, assim, que a matéria objeto do PL em análise já está regulamentada no Município de São Paulo, além do que é invasiva da esfera reservada à iniciativa legislativa do Chefe do Poder Executivo, ao dispor de matéria concernente à remuneração dos servidores municipais, art. 37, §2º, II da Lei Orgânica do Município de São Paulo" (fl.30)

"(...) ressaltando o vício de iniciativa de que se reveste o PL e considerando que a matéria já está disciplinada no âmbito municipal, opinamos pelo veto integral ao PL 431/09"(fl.30)

A Comissão exarou **parecer contrário**, justificando sua posição na resposta do Executivo, que esclareceu "que a matéria constante do presente projeto de lei encontra-se regulamentada no âmbito municipal pela Lei 15.401, de 06 de julho de 2011, que dispõe sobre a fixação do subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, e pelo Decreto 52.192, de 18 de março de 2011, que dispõe sobre a aplicação do limite remuneratório constitucional no âmbito da Administração Municipal" (fl. 38).



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Do ponto de vista orçamentário-financeiro, caso a proposição venha a ser aprovada, não gerará gastos adicionais ao Erário.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economista  
Revisão: Emerson Rildo Araújo de Carvalho - Consultor Técnico Legislativo - Economista

**PARECER Nº**  
**DE LEI Nº 431/2009** **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Ricardo Teixeira, visa a regulamentação e o controle do salário do funcionário público do município de São Paulo, vetando a qualquer funcionário público municipal o recebimento de vencimentos superiores aos do Senhor Prefeito Municipal. A proposição considera funcionários públicos municipais os da Administração Direta, Indireta e Fundacional.

Prevê ainda que não poderá haver acúmulo de cargos que tornem os vencimentos dos referidos funcionários superiores ao do Senhor Prefeito Municipal.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, enquanto a colenda Comissão de Administração Pública manifestou-se contrariamente à proposição, justificando sua posição na resposta do Executivo, que esclareceu “que a matéria constante do presente projeto de lei encontra-se regulamentada no âmbito municipal pela Lei nº 15.401, de 06 de julho de 2011, que dispõe sobre a fixação do subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, e pelo Decreto Municipal nº 52.192, de 18 de março de 2011, que dispõe sobre a aplicação do limite remuneratório constitucional no âmbito da Administração Municipal”.

Em que pesem as elevadas intenções do nobre Autor, esta Comissão acompanha a posição da Comissão de Administração Pública, bem como do Executivo, considerando que a matéria já está disciplinada no âmbito municipal.

**Contrário**, portanto, é o parecer.

**VOTO EM SEPARADO AO RELATÓRIO DO RELATOR DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 431/2009**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Ricardo Teixeira, visa a regulamentação e o controle do salário do funcionário público do município de São Paulo, vetando a qualquer funcionário público municipal o recebimento de vencimentos superiores aos do Senhor Prefeito Municipal. A proposição considera funcionários públicos municipais os da Administração Direta, Indireta e Fundacional.

Prevê ainda que não poderá haver acúmulo de cargos que tornem os vencimentos dos referidos funcionários superiores ao do Senhor Prefeito Municipal.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, argumentando que “A proposta vai ao encontro do que dispõe a Constituição Federal, que no art. 37, XI, estabelece o teto remuneratório a ser observado por toda a Administração Pública, estabelecendo, em regra, como limite para os Municípios o subsídio do Prefeito” e salientando ainda “que a fixação de regras claras sobre a remuneração dos servidores públicos é medida que atende aos princípios da publicidade e da transparência, os quais devem reger a atuação da Administração Pública de todos os Poderes.”

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à proposição, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Favorável, portanto, é o parecer. Entretanto, no intuito de aprimorar o texto da proposta original sem contudo alterar seu conteúdo, apresentamos o seguinte substitutivo:

**SUBSTITUTIVO Nº**

**AO PROJETO DE LEI 0431/2009**

“Estabelece diretrizes para o controle da remuneração e do subsídio dos Agentes Públicos da Administração Pública Municipal.”

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º. Fica vedado a qualquer Agente Público Municipal receber remuneração ou subsídio superior ao percebido pelo Prefeito

Parágrafo único. A regra estabelecida no caput deste artigo se aplica aos agentes públicos da Administração Direta e Indireta.

Art. 2º. O acumulo legal de cargos, funções e emprego público municipal será considerado para fins do teto estipulado para a remuneração e subsídio previsto no artigo 1º.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

3) PL 294/2011	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD); Ver. CLAUDIO FONSECA (PPS)	Votação			
DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL COM GRADUAL E PROGRESSIVA AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. OTA (PROS)					
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** institui diretrizes que especifica para a educação integral em tempo integral dos alunos do ensino fundamental da rede municipal, com o aumento progressivo da jornada escolar.

De acordo com a propositura, a educação integral em tempo integral ampliará a jornada escolar



## **Comissão de Finanças e Orçamento**

### **Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

dos alunos da rede municipal de ensino em no mínimo 7 (sete) horas, considerando a totalidade do tempo de permanência do aluno na unidade escolar; a instituição da referida política terá caráter facultativo, tanto quanto à oferta pelas escolas como quanto à adesão dos alunos; dar-se-á de forma gradativa e progressiva de acordo com a realidade de cada unidade escolar; e respeitará a composição e duração das jornadas docentes e dos demais profissionais de educação estabelecidas em lei.

As diretrizes listadas pelo projeto são, entre outras: a responsabilidade coletiva do Estado, da família e da comunidade com a educação integral em tempo integral; ampliação da permanência do aluno na escola oferecendo possibilidades de aprendizagem, com currículo diversificado; oferta aos alunos de atividades culturais, esportivas e tecnológicas; desenvolvimento de atividades de aprendizagem relacionadas com o projeto pedagógico da unidade escolar com o objetivo de atender alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou aproveitamento insatisfatório; desenvolvimento de projetos educacionais visando a construção da identidade dos alunos como cidadãos conscientes; as escolas terão autonomia para elaborar a programação das atividades do período ampliado da jornada escolar, com a participação e aprovação do respectivo Conselho de Escola; desenvolver atividades que possibilitem aos alunos entrar em contato com diferentes profissionais, visando facilitar sua escolha profissional e identificação de suas aptidões.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela **legalidade** (fls.64/66). Há voto vencido pela inconstitucionalidade e ilegalidade (fls.67/69).

**Comissão de Administração Pública:** parecer favorável, com substitutivo que inclui, dentre as diretrizes para ampliação da jornada escolar, institucionalizar e manter, em regime de colaboração, iniciativas de melhoria da infraestrutura física, de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em tempo integral (fls.70/74).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** realizou duas audiências públicas (em 20/06/2012, menção ao PL a fls. 77, e no dia 15/08/2015, menção ao PL a fls. 2 do arquivo digital, disponível em [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), no link "Audiências Públicas" → Registro Escrito". A Comissão exarou parecer **favorável** ao substitutivo da Comissão de Administração Pública (fls.79).

#### **Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Embora as diretrizes sugeridas impliquem elevação da despesa pública, o próprio texto da propositura introduz mecanismos de equilíbrio orçamentário-financeiro, ao definir o caráter gradual e voluntário de sua implementação. Há necessidade de substitutivo para esclarecer a questão da ampliação da jornada escolar, que deverá ser ampliada **para** 7 (sete) horas diárias, não **em** 7 horas diárias. Outro ponto a ser ressaltado por esta Consultoria está relacionado ao fato de que grande parte do conteúdo disposto pelo projeto em tela já está devidamente contemplado pela Lei nº 16.271, de 17 de setembro de 2015, que Aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo - PME. Como ilustração deste fato, o texto do inciso V do art. 2º especifica uma das diretrizes do PME: "promover a educação integral em tempo integral". Prosseguindo, o próprio texto do PME apresenta estratégias associadas ao cumprimento de várias metas, entre elas, estratégias para a viabilização da seguinte "Meta 9": "Oferecer educação integral em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos educandos da Educação Básica até o final da vigência deste Plano". Além disso, há considerável interseção entre o conteúdo do art. 2º da propositura em tela e as estratégias associadas à referida Meta 9.

Elaboração: Adriano Nunes Borges/Emerson Rildo Araújo de Carvalho - Consultores Técnicos Legislativos - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi/Alexandre Henrique Cardoso - Consultora Técnica Legislativa – Economia



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**PARECER Nº 294/2011**      **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Claudio Fonseca, visa instituir diretrizes que especifica para a educação integral em tempo integral dos alunos do ensino fundamental da rede municipal, com o aumento progressivo da jornada escolar.

De acordo com a propositura, a educação integral em tempo integral ampliará a jornada escolar dos alunos da rede municipal de ensino em no mínimo 7 (sete) horas, considerando a totalidade do tempo de permanência do aluno na unidade escolar; a instituição da referida política terá caráter facultativo, tanto quanto à oferta pelas escolas como quanto à adesão dos alunos; dar-se-á de forma gradativa e progressiva de acordo com a realidade de cada unidade escolar; e respeitará a composição e duração das jornadas docentes e dos demais profissionais de educação estabelecidas em lei.

As diretrizes listadas pelo projeto são, entre outras: a responsabilidade coletiva do Estado, da família e da comunidade com a educação integral em tempo integral; ampliação da permanência do aluno na escola oferecendo possibilidades de aprendizagem, com currículo diversificado; oferta aos alunos de atividades culturais, esportivas e tecnológicas; desenvolvimento de atividades de aprendizagem relacionadas com o projeto pedagógico da unidade escolar com o objetivo de atender alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou aproveitamento insatisfatório; desenvolvimento de projetos educacionais visando a construção da identidade dos alunos como cidadãos conscientes; as escolas terão autonomia para elaborar a programação das atividades do período ampliado da jornada escolar, com a participação e aprovação do respectivo Conselho de Escola; desenvolver atividades que possibilitem aos alunos entrar em contato com diferentes profissionais, visando facilitar sua escolha profissional e identificação de suas aptidões.

A douta Comissão de Administração Pública apresentou parecer favorável, com substitutivo que inclui, dentre as diretrizes para ampliação da jornada escolar, institucionalizar e manter, em regime de colaboração, iniciativas de melhoria da infraestrutura física, de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Administração Pública. Todavia, em vista da necessidade de dar maior clareza à proposta de fixação de jornada escolar do projeto, sugerimos o seguinte substitutivo:

**SUBSTITUTIVO Nº**

**AO PROJETO DE LEI Nº 294/2011**

Dispõe sobre diretrizes para educação integral em tempo integral com gradual e progressiva ampliação da jornada escolar dos alunos do ensino fundamental da rede municipal de ensino.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Com fundamento no art. 34, § 5º do art. 87 e inciso X do art. 3º da Lei Federal 9.394 de 24 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ficam instituídas as diretrizes para a educação integral em tempo integral dos alunos do ensino fundamental da rede municipal com o aumento progressivo da jornada escolar.

§ 1º A educação integral em tempo integral ampliará a jornada escolar dos alunos da rede municipal de ensino **para, no mínimo, 7 (sete) horas considerando a totalidade do tempo de permanência**

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

do aluno na unidade escolar.

§ 2º A instituição da educação integral em tempo integral terá caráter facultativo tanto quanto à oferta pelas escolas como quanto à adesão dos alunos.

Art. 2º A ampliação da jornada escolar para a instituição da educação integral em tempo integral dar-se-á de forma gradativa e progressiva de acordo com a realidade de cada unidade escolar com as seguintes diretrizes:

I - a responsabilidade coletiva do Estado, da família e da comunidade com a educação integral em tempo integral;

II - ampliação da permanência do aluno na escola oferecendo possibilidades de aprendizagem, com currículo diversificado;

III - oferta aos alunos de atividades culturais, esportivas e tecnológicas;

IV - reconhecimento da escola como espaço de socialização onde o aluno possa vivenciar experiências de organização e construção coletivas dos diferentes saberes;

V - desenvolvimento de atividades de aprendizagem relacionadas com o projeto pedagógico da unidade escolar com o objetivo de atender alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou aproveitamento insatisfatório;

VI - desenvolvimento de projetos educacionais visando a construção da identidade dos alunos como cidadãos conscientes;

VII - realização de atividades educacionais dentro ou fora da unidade escolar desde que fique expresso em planejamento sua significação e intencionalidade formativa e educativa;

VIII - ressignificação de tempos e espaços escolares valorizando as especificidades culturais e sociais da comunidade escolar;

IX - a escola, centro do processo educativo, poderá promover a articulação com outras instâncias educativas da sociedade como universidades, centros culturais, clube escola, teatro, cinema, bibliotecas, museus e demais instituições com programas educativos, culturais, esportivos e tecnológicos;

X - as escolas terão autonomia para elaborar a programação das atividades do período ampliado da jornada escolar, com a participação e aprovação do respectivo Conselho de Escola;

XI - os alunos poderão ser agrupados não só por critério de idade, mas também por suas preferências em relação às atividades propostas.

XII - desenvolver atividades que possibilitem aos alunos entrar em contato com diferentes profissionais visando facilitar sua escolha profissional e identificação de suas aptidões.

XIII - institucionalizar e manter em regime de colaboração, ampliação e reestruturação das escolas públicas municipais por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

Art. 3º A instituição da educação integral em tempo integral nas unidades escolares dar-se-á respeitando a composição e duração das jornadas docentes e dos demais profissionais de educação estabelecidas na Lei 14.660 de 26 de dezembro de 2007.

Art. 4º O Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias, próprias.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

4) PL 524/2012	Ver. JOSÉ FERREIRA (ZELÃO) (PT)	Votação			
DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO "PROGRAMA PREFERÊNCIA PELA VIDA" NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. . Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** dispõe sobre a instituição do "Programa Preferência Pela Vida" no Município de São Paulo, tendo como objetivos: i) difundir os conceitos de mobilidade urbana, cidadania, acessibilidade, convívio gentil e solidário no trânsito das cidades; ii) diminuir a gravidade, o número de acidentes e de óbitos em razão dos acidentes de trânsito; iii) fortalecer e ampliar a utilização dos serviços de transporte público coletivo, do taxi, do escolar, do fretamento, da bicicleta e de pequenos trechos a pé, como formas sustentáveis para mobilidade urbana e para o desenvolvimento dos municípios; iv) articular iniciativas e políticas ligadas à educação para o trânsito, por categorias, segmentos e faixas etárias; v) conscientizar que "somos todos pedestres", e que calçadas bem conservadas são fundamentais para a segurança.

De acordo com o artigo 2º, as ações a serem implementadas pelo "Programa Preferência Pela Vida" são:

- Criar a Semana Municipal de Mobilidade Urbana, no mês de setembro, período coincidente com a realização da campanha nacional e dos diversos municípios;
- Desenvolver campanhas, atividades e ações de educação de trânsito, de utilização do serviço de transporte coletivo, da bicicleta e de percursos a pé em escolas municipais, creches e instituições de idosos;
- Instituir programas e projetos de acessibilidade;
- Incentivar e estabelecer parceria com os diversos setores da sociedade, como secretarias, autarquias, escolas, universidades e organizações não governamentais visando à realização do Programa junto aos operadores concessionários ou permissionários do transporte no Município de São Paulo.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 38-39).

**Comissão de Administração Pública:** favorável (fl.40).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável (fls. 41-42).

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher:** favorável (fl. 43).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.



## **Comissão de Finanças e Orçamento**

### **Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno.

#### **Sugerimos quesitos ao Executivo.**

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo – Economia

#### **PARECER Nº PROJETO DE LEI Nº 524/2012**

#### **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador José Ferreira, visa instituir o “Programa Preferência Pela Vida” no Município de São Paulo, tendo como objetivos: i) difundir os conceitos de mobilidade urbana, cidadania, acessibilidade, convívio gentil e solidário no trânsito das cidades; ii) diminuir a gravidade, o número de acidentes e de óbitos em razão dos acidentes de trânsito; iii) fortalecer e ampliar a utilização dos serviços de transporte público coletivo, do taxi, do escolar, do fretamento, da bicicleta e de pequenos trechos a pé, como formas sustentáveis para mobilidade urbana e para o desenvolvimento dos municípios; iv) articular iniciativas e políticas ligadas à educação para o trânsito, por categorias, segmentos e faixas etárias; v) conscientizar que “somos todos pedestres”, e que calçadas bem conservadas são fundamentais para a segurança.

De acordo com o artigo 2º, as ações a serem implementadas pelo “Programa Preferência Pela Vida” são:

- Criar a Semana Municipal de Mobilidade Urbana, no mês de setembro, período coincidente com a realização da campanha nacional e dos diversos municípios;
- Desenvolver campanhas, atividades e ações de educação de trânsito, de utilização do serviço de transporte coletivo, da bicicleta e de percursos a pé em escolas municipais, creches e instituições de idosos;
- Instituir programas e projetos de acessibilidade;
- Incentivar e estabelecer parceria com os diversos setores da sociedade, como secretarias, autarquias, escolas, universidades e organizações não governamentais visando à realização do Programa junto aos operadores concessionários ou permissionários do transporte no Município de São Paulo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

5) PL 182/2013	Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE PRÉVIA COMUNICAÇÃO AOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM CASO DE GREVE, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** visa tornar obrigatória a comunicação aos usuários dos serviços públicos no âmbito do Município de São Paulo em caso de greve, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas anteriores à paralisação, ainda que parcial. Nos termos da propositura, a referida comunicação será realizada mediante afixação, junto ao acesso principal e internamente, em local bem visível para o público, de aviso ao usuário sobre os horários de paralisação total ou parcial das atividades. Se houver greve em serviços e atividades essenciais, definidos na propositura, a comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. Caso ocorram infrações aos dispositivos estabelecidos na propositura em tela, haverá multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), de acordo com o número de pessoas afetadas, conforme regulamentação, cujo valor será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que no caso de extinção desse índice será adotado outro, criado por lei federal, que reflita e recomponha o poder aquisitivo da moeda. Na sua justificativa, o nobre Autor ressalta que a propositura “objetiva garantir ao cidadão acesso à informação sobre greves, que dificultam a rotina do cidadão paulistano e o tomam de surpresa”.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls.47/48).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** solicitaram quesitos ao Executivo (fl.49), com resposta a fls. 51/56. **Manifestação da Secretaria dos Negócios Jurídicos:** “(...) O Município, logo se vê, é incompetente para legislar sobre o tema. Nos termos do art. 22, I, da Constituição da República, é privativa da União a competência para legislar sobre direito do trabalho, ramo em que inequivocamente se insere a greve – “suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregado” (art. 2º da Lei 7.783/89). O tema, como visto, é regulado pela aludida Lei federal nº 7.783/89, que, em seu art. 13, prevê a necessidade de prévia comunicação da greve aos usuários dos serviços interrompidos, aparente preocupação do autor da propositura em questão. Destarte, não é lícito ao Município criar sanções de caráter administrativo, restringindo ou estendendo, direta ou indiretamente, os parâmetros já assinalados pelo ente que detinha competência privativa para fazê-lo. (...) Desse modo, é de concluir (a) que é privativa da União a competência para legislar sobre direito de greve e (b) que eventuais abusos no exercício de tal direito devem ser submetidos ao Poder Judiciário, a quem cabe, no exame dos casos concretos, a imposição de obrigação de fazer ou não fazer



## **Comissão de Finanças e Orçamento**

### **Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

às entidades responsáveis, bem como a aplicação de correlata multa de caráter cominatório” (fls.53/54); “(...) Em atendimento ao pedido formulado pela Senhora Assessora Especial do Gabinete do Prefeito (fl. 17), retorno o presente processo com a manifestação da Procuradoria-Geral do Município – PGM, que aprovo, conclusivo da inconstitucionalidade da proposta, em face da competência privativa da União para legislar sobre direito de greve” (fl.56).

A Comissão exarou **parecer favorável** (fls.57/58).

**Comissão de Administração Pública:** favorável (fl.59).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável (fl.60).

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher:** favorável (fl.61).

#### **Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Gera despesas, em tese, irrelevantes.

Elaboração: Emerson Rildo Araújo de Carvalho - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

### **PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 182/2013**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Nelo Rodolfo, visa tornar obrigatória a comunicação aos usuários dos serviços públicos, no âmbito do Município de São Paulo, em caso de greve, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas anteriores à paralisação, ainda que parcial. Nos termos da propositura, a referida comunicação será realizada mediante afixação, junto ao acesso principal e internamente, em local bem visível para o público, de aviso ao usuário sobre os horários de paralisação total ou parcial das atividades. Se houver greve em serviços e atividades essenciais, definidos pela propositura, a comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. Caso ocorram infrações aos dispositivos estabelecidos na propositura em tela, haverá multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), de acordo com o número de pessoas afetadas, conforme regulamentação, cujo valor será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que no caso de extinção desse índice será adotado outro, criado por lei federal, que reflita e recomponha o poder aquisitivo da moeda. Na sua justificativa, o nobre Autor ressalta que a propositura “objetiva garantir ao cidadão acesso à informação sobre greves, que dificultam a rotina do cidadão paulistano e o tomam de surpresa”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

6) PL 417/2013	Ver. LAÉRCIO BENKO (PHS)	Votação			
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO "CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO", NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** cria o Centro de Referência do Idoso no âmbito do Município de São Paulo, definindo que serão instalados um em cada uma das 32 (trinta e duas) Subprefeituras de São Paulo, em pontos estratégicos que possuam maior demanda pelo serviço e que sejam de fácil acesso pela população, além de limitar o usufruto dos Centros apenas aos idosos cuja renda familiar seja inferior a 03 (três) salários mínimos.

A propositura estabelece que o Centro de Referência do Idoso terá como finalidades: i) o atendimento especializado com gerontólogo, geriatra, cardiologista, oftalmologista, neurologista, psiquiatra, reumatologista, urologista, fisiatra, dermatologista, psicólogo, assistente social e dentista; ii) a distribuição gratuita de fraldas geriátricas e iii) que cada unidade contará com locais destinados a cursos, palestras gratuitas de orientação e convivência e espaços para bailes, festas e confraternizações.

Prevê que os referidos Centros promoverão atividades físicas, como ginástica, atletismo, dança sênior, ioga e relaxamento, e atividades diversas, como alfabetização, informática, biblioteca, jogos de mesa, coral, salão de beleza, entre outros.

Finalmente, o projeto estipula a criação de um Conselho Gestor da Melhor Idade em cada um dos Centros de Referência do Idoso, com a finalidade de disciplinar, organizar, gerenciar sua infraestrutura e também verificar nos CEU's e Clubes Escola atividades contempladas por esta propositura.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 85/87)

**Comissão de Administração Pública:** favorável (fl.88/89)

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher:** solicitou quesitos ao Executivo (fls. 90/93), com respostas às folhas 94/115.

SMS / Área Técnica de Saúde da Pessoa Idosa: "(...) sua viabilidade técnica é pequena, pois: a)projeta um equipamento híbrido, com atividades e ações específicas de setores diferentes, com finalidade diferentes (Centro de Convivência e Centro de Atenção à Saúde Especializada, p. ex.), sem propor uma política de atuação intersecretarial; b)não prevê atuação conjunta, com gestão e financiamento compartilhados entre diferentes secretarias, o que seria fundamental, para dar conta dos objetivos a que se propõe; c)faz restrição a idosos com renda de 03 salários mínimos ou mais, o que contraria um dos princípios do SUS, o da Universalidade; d) não propõe uma Tabela de Lotação de Pessoal – TLP condizente com as finalidades e que dê conta de todos os objetivos propostos; e) não prevê dotação orçamentária específica, sem o que não haverá condições de se implantar Unidades de Referência desse porte em todas as Subprefeituras;

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

*Além disso, o projeto vem sobrepor-se a equipamento de finalidade semelhante, que está contemplado nas metas do SimeSP, com procedimentos já efetivados pela Secretaria Municipal da Saúde, as Unidades de Referência à Saúde do Idoso – URSI” (fl. 108/109)*

*SMS: “Considerando o acima exposto, opinamos pelo VETO TOTAL ao projeto” (fl.111)*

Esta Comissão exarou parecer **favorável**. (fl.116)

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, incluindo despesas com pessoal, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas], art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias] e art. 21 [que estabelece ser nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda as exigências dos arts. 16 e 17 da LRF e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Emerson Rildo Araújo de Carvalho - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 417/2013**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Laércio Benko, visa criar o Centro de Referência do Idoso no âmbito do Município de São Paulo, definindo que serão instalados um em cada uma das 32 (trinta e duas) Subprefeituras de São Paulo, em pontos estratégicos que possuam maior demanda pelo serviço e que sejam de fácil acesso pela população, além de limitar o usufruto dos Centros apenas aos idosos cuja renda familiar seja inferior a 03 (três) salários mínimos.

A propositura estabelece que o Centro de Referência do Idoso terá como finalidades: i) o atendimento especializado com gerontólogo, geriatra, cardiologista, oftalmologista, neurologista, psiquiatra, reumatologista, urologista, fisiatra, dermatologista, psicólogo, assistente social e dentista; ii) a distribuição gratuita de fraldas geriátricas e iii) que cada unidade contará com locais destinados a cursos, palestras gratuitas de orientação e convivência e espaços para bailes, festas e confraternizações.

Prevê que os referidos Centros promoverão atividades físicas, como ginástica, atletismo, dança sênior, ioga e relaxamento, e atividades diversas, como alfabetização, informática, biblioteca, jogos de mesa, coral, salão de beleza, entre outros.

Finalmente, o projeto estipula a criação de um Conselho Gestor da Melhor Idade em cada um dos Centros de Referência do Idoso, com a finalidade de disciplinar, organizar, gerenciar sua infraestrutura e também verificar nos CEU's e Clubes Escola atividades contempladas por esta propositura.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

7) PL 572/2013	Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO PELOS DANOS GERADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E AO MEIO AMBIENTE POR CONDUTOR CAUSADOR DE ACIDENTE DE TRÂNSITO, DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE TRÂNSITO		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** determina que condutores envolvidos em acidente de trânsito deverão, em caso de dolo ou culpa, restituir o erário do Município de São Paulo pelos danos causados ao patrimônio público e ao meio ambiente.

De acordo com a propositura, a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) deverá efetuar o levantamento dos custos e dos danos causados ao patrimônio público e ao meio ambiente, e notificar o infrator para o pagamento dos valores apurados em prazo não superior a trinta dias, a contar da data da emissão da guia de recolhimento. O projeto dispõe ainda que, decorrido o prazo sem o efetivo pagamento, o valor apurado deverá ser inscrito em Dívida Ativa e ser objeto de devida Execução Fiscal.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 35-37).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** realizou duas audiências públicas, em 11/12/2013 (fls. 38-41, menção ao projeto a fls. 39, sem manifestações) e 26/03/2014 (fls. 42-46, menção ao projeto a fls. 44, sem manifestações). Solicitou informações ao Executivo (fls. 48), em cuja resposta (fls. 49-55) destacam-se os seguintes pontos:

- i) “(...) vale a pena destacar que a cobrança pela sinalização danificada já é feita pela CET ou SMT de acordo com a propriedade do equipamento (...)” (fls. 50);
- ii) “(...) inexistente na CET a legitimidade e a expertise para aferição de dano ambiental ou mesmo o patrimônio público diverso que o empregado no trânsito da cidade (...)” (fls. 50);
- iii) “(...) entendo que a via da execução fiscal, sugerida no projeto de Lei, não é a via adequada para a cobrança de danos de trânsito ao patrimônio público ou ambiental, eis que aparentemente o título executivo carecerá da certeza e liquidez exigível pelo Art. 3º da Lei de Execuções Fiscais (Lei 6.830/1980) (...)” (fls. 51, há citação de julgados que apoiam esta opinião a fls. 51-52);
- iv) “(...) manifesto-me pelo veto ao Projeto de Lei nº 572/13 (...) João Batista da Silva – Chefe de Gabinete – SMT” (fls. 55).

A Comissão exarou parecer favorável (fls. 56).

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**Comissão de Administração Pública:** favorável (fls. 57)

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável, com substitutivo para condicionar a demanda de restituição à devida comprovação da culpa do condutor (fls. 58-60).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, referentes ao levantamento dos custos e dos danos causados ao patrimônio público e ao meio ambiente, e notificação do infrator para o pagamento dos valores apurados, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

**Para avaliar quantitativamente estes custos, sugerimos quesitos ao Executivo.**

Elaboração: Adriano Nunes Borges/Alexandre Henrique Cardoso - Consultores Técnicos Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi/Bruno Nunes Medeiro - Consultores Técnicos Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 572/2013**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa determinar que condutores envolvidos em acidente de trânsito deverão, em caso de dolo ou culpa, restituir o erário do Município de São Paulo pelos danos causados ao patrimônio público e ao meio ambiente.

De acordo com a propositura, a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) deverá efetuar o levantamento dos custos e dos danos causados ao patrimônio público e ao meio ambiente, e notificar o infrator para o pagamento dos valores apurados em prazo não superior a trinta dias, a contar da data da emissão da guia de recolhimento. O projeto dispõe ainda que, decorrido o prazo sem o efetivo pagamento, o valor apurado deverá ser inscrito em Dívida Ativa e ser objeto de devida Execução Fiscal.

Em seu parecer, a douta Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia apresentou substitutivo para condicionar a demanda de restituição à devida comprovação da culpa do condutor.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

8) PL 36/2014		Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)			
		Votação			
			Favor	Contra	Abst.
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS OPERADORES DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, SEJAM CONCESSIONÁRIOS OU PERMISSIONÁRIOS, DE DISPONIBILIZAREM EM MEIO DE FÁCIL ACESSO AO PÚBLICO SEUS COMPROVANTES DE CUSTOS COM O SISTEMA.		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** obriga as empresas concessionárias e permissionárias do transporte coletivo urbano do Município de São Paulo a disponibilizarem ao público seus comprovantes de custos com o Sistema em páginas eletrônicas ou web sites. Nas páginas eletrônicas das concessionárias e permissionárias devem constar link de visualização imediata das notas fiscais ou quaisquer outros documentos que comprovem seus gastos com os itens da Planilha de Custo do Sistema de Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros. O desatendimento à norma implicará redução da remuneração paga pelo Poder Concedente do serviço público.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela **legalidade**, com apresentação de substitutivo, visando adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa (fls.134/135).

**Comissão de Administração Pública:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 136)

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 137/138)

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

A redação do artigo 2º da propositura impõe penalidade para o descumprimento da norma, mas não especifica o montante da redução da remuneração paga pelo Poder Concedente do serviço público. Em caso de parecer favorável, há a necessidade de substitutivo para estipular esse montante. **Sugerimos o envio de quesitos ao Executivo.**

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Emerson Rildo Araújo de Carvalho - Consultor Técnico Legislativo – Economia / Gilberto

Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº** **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**  
**PROJETO DE LEI Nº 36/2014**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa obrigar as empresas concessionárias e permissionárias do transporte coletivo urbano do Município de São Paulo a disponibilizarem ao público seus comprovantes de custos com o Sistema em páginas eletrônicas ou web

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

sites.

Nas páginas eletrônicas das concessionárias e permissionárias deve constar link de visualização imediata das notas fiscais ou quaisquer outros documentos que comprovem seus gastos com os itens da Planilha de Custo do Sistema de Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros, sendo que o desatendimento implicará redução da remuneração paga pelo Poder Concedente do serviço público.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo visando adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

9) PL 39/2014	Ver. PAULO FRANGE (PTB)	Votação			
DISPÕE SOBRE O TRANSPORTE DE ANIMAIS DOMÉSTICOS NO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS NA CIDADE DE SÃO PAULO, ALTERA O ART. 30 DA LEI Nº 10.309, DE 22 DE ABRIL DE 1987, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)		-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)		-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)		-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)		-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)		-	-	-
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)		-	-	-
	Ver. OTA (PROS)		-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)		-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)		-	-	-
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)					
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** permite o transporte de animais domésticos de pequeno porte nos veículos integrantes do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo, exceto nos dias úteis, das 6:00 (seis) às 9:00 (nove) horas e das 16:00 (dezesesseis) às 19:00 (dezenove) horas. A permissão se limita a 2 (dois) animais por veículo, considerando-se veículo, no caso das linhas metroviárias e ferroviárias que compõem o Sistema de Transporte Coletivo Urbano, cada vagão de trem. Consideram-se animais domésticos de pequeno porte aqueles que tenham peso de até 10 Kg (dez quilos).

O transporte de animais domésticos deverá atender às seguintes condições: i) apresentação do registro geral do animal (RGA); ii) carteira de vacinação, atualizada, assinada por médico-veterinário devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária; iii) plaqueta de identificação com número correspondente ao do RGA, que deverá ser fixada, obrigatoriamente, junto à coleira do animal. Fica proibido o transporte de animal perigoso, que comprometa o conforto e a segurança dos passageiros do veículo, ou de terceiros. O transportador não responderá por danos à integridade física do animal a que não der causa. Será cobrada tarifa regular da linha pelo transporte do animal.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 53/54)



## **Comissão de Finanças e Orçamento**

### **Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**Comissão de Administração Pública:** favorável (fls. 55 a 58)

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** parecer **contrário**, “tendo em vista a sanção, pelo Executivo, da Lei nº 16.125, de 11 de março de 2015 (projeto de lei 131/13, de autoria do nobre Vereador David Soares), que ‘dispõe sobre a autorização do Poder Executivo disciplinar o transporte de animais domésticos no serviço municipal de transporte de passageiros’”. (fls. 59 a 61)

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher:** favorável (fl. 62)

#### **Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado relativas à fiscalização do cumprimento da norma, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno.

**Para avaliar o impacto das despesas, sugerimos envio de quesitos ao Executivo.**

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo – Economia

#### **PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 39/2014**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Paulo Frange, visa permitir o transporte de animais domésticos de pequeno porte nos veículos integrantes do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo, exceto nos dias úteis, das 6:00 (seis) às 9:00 (nove) horas e das 16:00 (dezesseis) às 19:00 (dezenove) horas.

A permissão se limitaria a 2 (dois) animais por veículo, considerando-se veículo, no caso das linhas metroviárias e ferroviárias que compõem o Sistema de Transporte Coletivo Urbano, cada vagão de trem. Consideram-se animais domésticos de pequeno porte aqueles que tenham peso de até 10 Kg (dez quilos).

O transporte de animais domésticos deverá atender às seguintes condições: i) apresentação do registro geral do animal (RGA); ii) carteira de vacinação, atualizada, assinada por médico-veterinário devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária; iii) plaqueta de identificação com número correspondente ao do RGA, que deverá ser fixada, obrigatoriamente, junto à coleira do animal. Fica proibido o transporte de animal perigoso, que comprometa o conforto e a segurança dos passageiros do veículo ou de terceiros. O transportador não responderá por danos à integridade física do animal a que não der causa. Será cobrada tarifa regular da linha pelo transporte do animal.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Contudo, apresentamos o seguinte substitutivo sugerido pelo Autor que, conforme justificativa que o acompanha, “tem por objetivo estender a permissão de transporte de animais domésticos já existentes para ônibus, no âmbito do ‘serviço municipal de transporte coletivo de passageiros’ (Lei nº 16.125/2015), para outros veículos integrantes do ‘Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo’, objeto da Lei nº 13.241/2001, abrangente das linhas metroviárias e ferroviárias. Ademais, o projeto contempla outras inovações que buscam aperfeiçoar o texto da Lei nº 16.125/2015”:

**SUBSTITUTIVO Nº**

**AO PROJETO DE LEI Nº 39/2014**

Dispõe sobre o transporte de animais domésticos no Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo, altera os artigos 1º, 3º, inciso II, e 4º, da Lei nº 16.125, de 11 de março de 2015, e acresce o § 2º ao art. 30 da Lei nº 10.309, de 22 de abril de 1987, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo D E C R E T A:

**Art. 1º** Os artigos 1º, 3º, inciso II, e 4º da Lei nº 16.125, de 11 de março de 2015, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o transporte de animais domésticos no Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo de que trata a Lei nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se veículo, no caso das linhas metroviárias e ferroviárias que compõem o Sistema de Transporte Coletivo Urbano, cada vagão de trem.”

“Art. 3º ...

(...)

II – o condutor deverá portar o documento comprobatório do registro geral do animal (RGA), a carteira de vacinação do animal, atualizada, assinada por médico veterinário registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária, bem como manter fixada à coleira do animal plaqueta de identificação com o número correspondente ao registro geral do animal (RGA);”

“Art. 4º Será cobrada tarifa regular da linha pelo transporte do animal, devendo o recipiente para seu acondicionamento ficar no colo do seu detentor ou próximo a ele, no assoalho do veículo, ficando proibida a sua acomodação nos locais destinados aos passageiros ou em locais em que fique prejudicada a circulação dos passageiros.”

**Art. 2º** O art. 30 da Lei nº 10.309, de 22 de abril de 1987, fica acrescido do § 2º, com a seguinte redação, renumerando-se o atual parágrafo único do dispositivo como § 1º:

“Art. 30 ...

(...)

§ 2º A proibição de que trata este artigo não se aplica para as hipóteses legais de transporte de animais domésticos no Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros.” (NR)

**Art. 3º** A infração ao disposto nesta lei acarretará, para o proprietário ou detentor do animal, multa no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) e será aplicada em dobro em caso de reincidência, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

Parágrafo único. O valor da multa de que trata o caput deste artigo será atualizado anualmente pela variação de Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que no caso de extinção desse índice será adotado outro, criado por lei federal, que reflita e recomponha o poder aquisitivo da moeda.

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**Art. 4º** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

10) PL 67/2014	Ver. LAÉRCIO BENKO (PHS)	Votação			
<b>INSTITUI MEDIDAS PARA A MELHORIA DO ENSINO MUNICIPAL COM A PROGRAMAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</b>  <b>Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)</b>  <b>Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO</b>			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** institui, no Município de São Paulo, semana de projetos educacionais com o tema “Constituição Brasileira”, a ser realizada na semana do dia nove de julho, envolvendo a comunidade de pais, alunos e professores das escolas públicas municipais de São Paulo.

De acordo com a propositura, os projetos educacionais relacionados com a Constituição Brasileira poderão ser apresentados e organizados na forma de debates; palestras; leituras e interpretações sobre o assunto (livros, jornais, reportagens, trechos da Constituição, charges, pinturas, entre outros materiais relacionados à revolução constitucionalista e/ou Constituição); vídeos e filmagens --sobre o assunto; outras atividades elaboradas pela instituição de ensino.

O projeto determina ainda que os projetos e eventos comemorativos oriundos desta semana de estudos farão parte do conteúdo anual de ensino, e que a instituição de ensino adaptará o cronograma para a realização desse evento.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 39-41).

**Comissão de Administração Pública:** realizou audiência pública em 25/06/14 (fls. 42-44, menção ao projeto a fls. 43-44, consistindo em manifestação de munícipe que sugere que a participação seja estendida à comunidade do entorno da escola).

A Comissão exarou parecer **favorável** (fls. 45).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** realizou audiência pública em 15/10/2014 (fls. 46-47, menção ao projeto a fls. 47, sem manifestações).

A Comissão exarou parecer favorável (fls. 48-49), com substitutivo que altera a determinação de realizar as atividades na semana de 9 de julho, uma vez que se trata de período de recesso escolar, e retira do texto da propositura disposições onde há determinação de atividade educacional para escolas, por considerar que isto fere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/1996), quando em seu Art. 15 estabelece que “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público” (A redação passa a ser “O município de São Paulo (...) incentivará as unidades escolares” e “A Secretaria

## Comissão de Finanças e Orçamento

### Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Municipal de Educação poderá (...) incentivar as escolas”).

**Comissão de Finanças e Orçamento:** solicitou informações ao Executivo (fls. 50). Em sua resposta (fls. 52-57), o Executivo, representado pelo Secretário Municipal de Educação Gabriel Chalita, afirma que “À vista das razões alcançadas pela Diretoria de Orientação Técnica – DOT / Ensino Fundamental e Médio (...) revelando a pertinência de prosseguimento da propositura, na forma do Parecer nº 1470/2014, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes (...) retorno o presente a Vossa Senhoria com a manifestação de sanção ao Projeto de Lei 67/14, na forma do texto apresentado pelo Parecer acima mencionado” (fls. 57).

#### **Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

A propositura implica despesas de caráter continuado, relativas à implementação da semana de projetos educacionais de que trata o texto. Para avaliar quantitativamente estas despesas, **sugere-se quesitos ao Executivo** [observação: o Executivo, em resposta a quesitos formulados por esta Comissão, não se manifestou sobre os impactos financeiros da propositura].

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo – Economia

#### **PARECER Nº PROJETO DE LEI Nº 67/2014**

#### **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Laércio Benko, visa instituir, no Município de São Paulo, semana de projetos educacionais com o tema “Constituição Brasileira”, a ser realizada na semana do dia nove de julho, envolvendo a comunidade de pais, alunos e professores das escolas públicas municipais de São Paulo.

De acordo com a propositura, os projetos educacionais relacionados com a Constituição Brasileira poderão ser apresentados e organizados na forma de debates; palestras; leituras e interpretações sobre o assunto (livros, jornais, reportagens, trechos da Constituição, charges, pinturas, entre outros materiais relacionados à revolução constitucionalista e/ou Constituição); vídeos e filmagens sobre o assunto; outras atividades elaboradas pela instituição de ensino.

O projeto determina ainda que os projetos e eventos comemorativos oriundos desta semana de estudos farão parte do conteúdo anual de ensino, e que a instituição de ensino adaptará o cronograma para a realização desse evento.

Em seu parecer, a douta Comissão de Educação, Cultura e Esportes apresentou substitutivo que altera a determinação de realizar as atividades na semana de nove de julho, uma vez que se trata de período de recesso escolar, e retira do texto da propositura disposições onde há determinação de atividade educacional para escolas, por considerar que isto fere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/1996), quando em seu Art. 15 estabelece que “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, nos termos do substitutivo mencionado, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, portanto, é o parecer.  
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

11) PL 152/2014	Ver. LAÉRCIO BENKO (PHS)	Votação			
DEFINE PERCENTUAL MÍNIMO DE PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, SUAS SUBSIDIÁRIAS E CONTROLADAS E DEMAIS EMPRESAS EM QUE O MUNICÍPIO, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DETENHA A MAIORIA DO CAPITAL SOCIAL COM DIREITO A VOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** Define percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

O art. 2º estabelece que nos conselhos de administração das empresas públicas e das sociedades de economia mista de que trata esta propositura, pelo menos quarenta por cento dos membros serão mulheres, facultado às empresas o preenchimento gradual dos cargos, desde que respeitados os limites mínimos a seguir definidos:

I — dez por cento, até o ano de 2016;

II — vinte por cento, até o ano de 2018;

III — trinta por cento, até o ano de 2020;

IV — quarenta por cento, até o ano de 2022.

De acordo com o art. 3º, será observado o disposto na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre as Sociedades por Ações, no que couber, em relação aos direitos e deveres dos membros dos conselhos de administração das empresas referidas no projeto, bem como no tocante aos requisitos e impedimentos para participação nesses conselhos.



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** (fls. 18-20) pela legalidade, com substitutivo para suprimir o art. 3º do projeto (que menciona a Lei 6.404/76), adequando o texto à melhor técnica de elaboração legislativa.

**Comissão de Administração Pública:** (fls. 21-22) Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher:** (fl. 23) Favorável.

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 152/2014**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Laércio Benko, visa definir percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

O art. 2º da propositura estabelece que, nos conselhos de administração das empresas públicas e das sociedades de economia mista de que trata esta propositura, pelo menos quarenta por cento dos membros serão mulheres, facultado às empresas o preenchimento gradual dos cargos, desde que respeitados os limites mínimos a seguir definidos:

- I — dez por cento, até o ano de 2016;
- II — vinte por cento, até o ano de 2018;
- III — trinta por cento, até o ano de 2020;
- IV — quarenta por cento, até o ano de 2022.

De acordo com o art. 3º, será observado o disposto na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre as Sociedades por Ações, no que couber, em relação aos direitos e deveres dos membros dos conselhos de administração das empresas referidas no projeto, bem como no tocante aos requisitos e impedimentos para participação nesses conselhos.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo para suprimir o art. 3º do projeto (que menciona a Lei 6.404/76), adequando o texto à melhor técnica de elaboração legislativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

12) PL 229/2014	Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)	Votação			
PREVÊ DIVULGAÇÃO PELAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DE VALORES ARRECADADOS E INVESTIDOS NO DESEMPENHO DE SUAS ATIVIDADES ECONÔMICAS.  Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)  Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Pendente de votação em 04/11/2015. Os vereadores votaram como segue:

Favoráveis: Aurélio Nomura, José Police Neto, Ota e Paulo Fiorilo;

Abstenção: Ricardo Nunes.

**ASSUNTO:** obriga toda concessionária de serviço público municipal a: i) fazer a divulgação permanente dos valores arrecadados com o desempenho de suas atividades relativas à concessão, bem como os valores investidos na manutenção das respectivas instalações e serviços; ii) trimestralmente, elaborar relatório detalhado com os valores arrecadados e investimentos realizados. Tais informações, estabelece o projeto, serão publicadas na Imprensa Oficial e remetidas à Câmara Municipal.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** apresentou substitutivo “para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa” (fls. 167 a 169).

**Comissão de Administração Pública:** favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 170 e 171).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável, pois “a proposição, nos termos do projeto original, é oportuna, meritória e atende ao interesse público” (fls. 172 e 173).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado relativas à fiscalização do cumprimento da norma, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno.

**Para avaliar o impacto das despesas apontadas, sugerimos envio de quesitos ao Executivo.**

O substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa não prevê que as concessionárias, permissionárias e autorizadas deverão divulgar os valores arrecadados com o desempenho de suas atividades relativas especificamente à concessão, permissão e autorização. Assim, o texto do substitutivo pode ser interpretado como criando a exigência de que todo e qualquer valor arrecadado pela empresa, seja relacionado com a concessão, permissão e autorização ou não, deva ser divulgado permanentemente. Para deixar claro que as informações prestadas são relativas à atividade da concessão/permissão/autorização, sugere-se substitutivo.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 229/2014**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa obrigar toda concessionária de serviço público municipal a: i) divulgar permanentemente os valores arrecadados com o desempenho de suas atividades relativas à concessão, bem como os valores investidos na manutenção das respectivas instalações e serviços; ii) trimestralmente, elaborar relatório detalhado com os valores arrecadados e investimentos realizados. Tais informações serão publicados na Imprensa Oficial do Município e remetidos à Câmara Municipal.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Contudo, apresentamos substitutivo, que acolhe a redação sugerida no substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, mas deixa claro que as informações a serem prestadas são relativas exclusivamente às atividades da concessão/permissão/autorização:

**SUBSTITUTIVO Nº**

**AO PROJETO DE LEI Nº 229/2014**

Dispõe sobre a divulgação dos valores arrecadados e investidos pelas empresas prestadoras de serviço público no exercício de suas atividades, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo D E C R E T A:

Art. 1º As concessionárias, permissionárias e autorizadas na prestação de serviços públicos ficam obrigadas a providenciar a divulgação permanente dos valores arrecadados no desempenho das atividades relacionadas à concessão, permissão e autorização, bem como dos valores investidos na manutenção das respectivas instalações e serviços através do envio trimestral, à Câmara Municipal de São Paulo, de relatório detalhado.

Parágrafo único. O relatório de que trata o caput deste artigo deverá ser publicado no Diário Oficial da Cidade.



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

13) PL 236/2014	Executivo - FERNANDO HADDAD	Votação			
CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL DE SÃO PAULO, ESTABELECEANDO SUAS ATRIBUIÇÕES E COMPOSIÇÃO.  Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)  Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. DE ADM. PÚBLICA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** Cria o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de São Paulo, estabelecendo suas atribuições e composição.

Pelo art. 1º da propositura, fica criado o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de São Paulo, órgão colegiado de caráter consultivo, fiscalizador, propositivo e deliberativo nas matérias relacionadas às políticas de transparência e controle social do Poder Executivo Municipal.

Compete ao Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de São Paulo, conforme define o art. 2º em 15 incisos, dentre outras atribuições, deliberar sobre as diretrizes e contribuir para a formulação das políticas de transparência e de fomento ao controle social, bem como de combate à corrupção no Município de São Paulo, a serem implementadas pelos órgãos e entidades competentes da Administração Pública Municipal; monitorar a execução de metas relativas à transparência e ao controle social no Programa de Metas do Município de São Paulo, propondo indicadores de avaliação; e convocar e organizar a Conferência Municipal de Transparência e Controle Social em até 4 (quatro) anos, preferencialmente a cada 2 (dois) anos, buscando a integração entre as etapas municipais, estaduais e nacional, quando houver.

O parágrafo único desse mesmo artigo estabelece que as diretrizes referidas no inciso I de seu “caput”, referente às políticas de transparência e de fomento ao controle social, devem estar em consonância com o Programa de Metas da Cidade de São Paulo, instrumento de gestão previsto na Lei Orgânica do Município.

O art. 3º fixa a composição do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de São Paulo, de forma paritária entre governo e sociedade civil, com 16 (dezesesseis) conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, tendo o mandato dos membros a duração de 2 (dois) anos, admitida uma recondução, observado, quanto aos representantes do Poder Público, o disposto no § 5º deste artigo, determinando que o mandato dos representantes do Poder Público será automaticamente extinto se deixarem de integrar os respectivos órgãos, devendo ser indicado novo representante para o término do mandato. A participação no Conselho Municipal de Transparência e Controle Social será considerada serviço público relevante, não remunerado.

A fls. 9/12, há mensagem transmitindo “a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

que a medida deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, bem como a declaração do ordenador da despesa, em atendimento ao disposto nos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal ... elaborados e fornecidos pela Controladoria Geral do Município” (fls. 9). A fls. 10, há o resumo das despesas para 2014, 2015 e 2016, conforme a seguir:

Período	Estimativa
2º/2014	R\$ 25.000,00
2015	R\$ 50.000,00
2016	R\$ 55.000,00

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 79/86), com apresentação de substitutivo “para incluir, por sugestão do Relator, dois incisos no art. 2º do projeto original com a finalidade de aprimorá-lo” (fls. 81).

**Comissão de Administração Pública:** parecer favorável (fls. 88/95), com “proposição de um substitutivo ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, para promover inclusão na redação do art. 3º, I, alínea “a”, parte final” (fls. 90). O substitutivo determina que, dentre 3 conselheiros de diferentes conselhos municipais de políticas públicas da Cidade de São Paulo, um deles será do Grande Conselho do Idoso (fls. 92).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Conforme demonstrativos já mencionados (de fls. 9/12), as despesas decorrentes da propositura estão devidamente orçadas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 236/2014**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do Executivo, visa criar o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de São Paulo, estabelecendo suas atribuições e composição.

Pelo art. 1º da propositura, fica criado o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de São Paulo, órgão colegiado de caráter consultivo, fiscalizador, propositivo e deliberativo nas matérias relacionadas às políticas de transparência e controle social do Poder Executivo Municipal.

Compete ao Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de São Paulo, conforme define o art. 2º em 15 incisos, dentre outras atribuições, deliberar sobre as diretrizes e contribuir para a formulação das políticas de transparência e de fomento ao controle social, bem como de combate à corrupção no Município de São Paulo, a serem implementadas pelos órgãos e entidades competentes da Administração Pública Municipal; monitorar a execução de metas relativas à transparência e ao controle social no Programa de Metas do Município de São Paulo, propondo indicadores de avaliação; e convocar e organizar a Conferência Municipal de Transparência e Controle Social em até 4 (quatro) anos, preferencialmente a cada 2 (dois) anos, buscando a integração entre as etapas municipais, estaduais e nacional, quando houver.

O parágrafo único desse mesmo artigo estabelece que as diretrizes referidas no inciso I de seu “caput”, referente às políticas de transparência e de fomento ao controle social, devem estar em consonância com o Programa de Metas da Cidade de São Paulo, instrumento de gestão previsto na Lei Orgânica do Município.

O art. 3º fixa a composição do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de São

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Paulo, de forma paritária entre governo e sociedade civil, com 16 (dezesesseis) conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, tendo o mandato dos membros a duração de 2 (dois) anos, admitida uma recondução, observado, quanto aos representantes do Poder Público, o disposto no § 5º deste artigo, determinando que o mandato dos representantes do Poder Público será automaticamente extinto se deixarem de integrar os respectivos órgãos, devendo ser indicado novo representante para o término do mandato. A participação no Conselho Municipal de Transparência e Controle Social será considerada serviço público relevante, não remunerado.

A fls. do processo, há mensagem do Poder Executivo transmitindo “a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que a medida deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, bem como a declaração do ordenador da despesa, em atendimento ao disposto nos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal ... elaborados e fornecidos pela Controladoria Geral do Município”.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “para incluir, por sugestão do Relator, dois incisos no art. 2º do projeto original com a finalidade de aprimorá-lo”.

Por seu turno, a egrégia Comissão de Administração Pública exarou parecer favorável com “proposição de um substitutivo ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, para promover inclusão na redação do art. 3º, I, alínea “a”, parte final”. O substitutivo determina que, dentre 3 conselheiros de diferentes conselhos municipais de políticas públicas da Cidade de São Paulo, um deles será do Grande Conselho do Idoso.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Administração Pública.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

14) PL 252/2014	Ver. JEAN MADEIRA (PRB)	Votação			
INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, O RECONHECIMENTO DO COSPLAY COMO MANIFESTAÇÃO CULTURAL POPULAR.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** institui no âmbito do Município de São Paulo, o reconhecimento do cosplay como manifestação cultural popular. De acordo com o art. 2º, fica autorizada a realização de eventos, para esse segmento cultural, nos equipamentos públicos da prefeitura de São Paulo. Segundo o art. 3º, compete ao poder público assegurar, a esse movimento, a realização de suas manifestações próprias, como festas, ações ao ar livre, assim como eventos públicos.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 72-73).

**Comissão de Administração Pública:** favorável (fl. 74).



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável (fl. 75).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Despesas, em tese, já previstas.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 252/2014**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Jean Madeira, visa instituir no âmbito do Município de São Paulo, o reconhecimento do cosplay como manifestação cultural popular. De acordo com o art. 2º, fica autorizada a realização de eventos, para esse segmento cultural, nos equipamentos públicos da prefeitura de São Paulo. Segundo o art. 3º, compete ao poder público assegurar, a esse movimento, a realização de suas manifestações próprias, como festas, ações ao ar livre, assim como eventos públicos.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

15) PL 372/2014   Ver. EDIR SALES (PSD)	Votação			
ALTERA A DENOMINAÇÃO DA RUA SALVADOR FERNANDES LOPES, NO DISTRITO DE VILA PRUDENTE, PARA RUA MARQUES DE PRAIA GRANDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		Favor	Contra	Abst.
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT) Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** altera a denominação da Rua Salvador Fernandes Lopes, no Distrito de Vila Prudente, para Rua Marques de Praia Grande, e dá outras providências.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** solicitou informações ao Executivo, com resposta fls. 45/49; parecer pela legalidade (fls. 50).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** favorável (fls. 51).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável (fls. 52).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Despesas, em tese, normalmente orçadas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 372/2014**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Edir Sales, visa alterar a denominação da Rua Salvador Fernandes Lopes, no Distrito de Vila Prudente, para Rua Marques de Praia Grande.

Conforme a justificativa, “Os moradores da região gostariam que essa via voltasse a ter a denominação que antes era popularmente conhecida. O logradouro recebeu a alteração de denominação por meio do Decreto 18.374 de 1982 da Prefeitura do Município de São Paulo que alterou a denominação. Ocorre que trata-se de um EQUÍVOCO que atravessa décadas. A sobredita via ‘Rua Salvador Fernandes Lopes’ é uma EXTENSÃO da Rua Marques de Praia Grande e sem explicação plausível houve a alteração, que nunca correspondeu com o endereço do local”.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa solicitou informações ao Executivo, respondendo este que a descrição e a localização da via no projeto não estão corretas.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. Contudo, a fim de adequar o texto do projeto às informações do Executivo, apresentamos o seguinte substitutivo:

**SUBSTITUTIVO Nº**

**AO PROJETO DE LEI Nº 372/2014**

Altera a denominação da Rua Salvador Fernandes Lopes, no Distrito de Vila Prudente, para Rua Marquês de Praia Grande, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º - Fica alterada a denominação da Rua Salvador Fernandes Lopes, codlog 40.762-3 para Rua Marquês de Praia Grande, codlog 16.573-5, passando o logradouro a ter início na Rua Emílio Barbosa (setor 100 – quadras 19 e 20) e término na Avenida Professor Luiz Ignácio Anhaia Mello (setor 100 – quadras 91 e 92) no Distrito da Vila Prudente, Subprefeitura da Vila Prudente.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

16) PL 522/2014	Executivo - FERNANDO HADDAD	Votação			
DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES DE PREGOEIRO E INSTITUI A GRATIFICAÇÃO A SER CONCEDIDA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS PÚBLICOS DESIGNADOS PARA O SEU DESEMPENHO.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** dispõe sobre o exercício das atribuições de pregoeiro e institui a gratificação a ser concedida aos servidores e empregados públicos designados para o seu desempenho.

Segundo o art. 1º, as atribuições do pregoeiro poderão ser exercidas por servidores efetivos ou empregados públicos das carreiras de nível médio, preferencialmente com diploma de nível superior, ou das carreiras de nível superior, da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, conforme o caso, mediante designação de autoridade competente para autorizar a abertura de licitação. Para ser designado pregoeiro, de acordo com o § 1º do art. 1º, o servidor deverá comprovar a habilitação mínima exigida no “caput” deste artigo e apresentar certificado de curso específico ministrado diretamente pela Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – Álvaro Liberato Alonso Guerra – EMASP ou por outros órgãos públicos, conforme previsto no regulamento. O § 3º do art. 1º diz que poderão ser designados, no máximo, 200 (duzentos) pregoeiros no âmbito da Administração Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, distribuídos conforme vier a disciplinar o regulamento.

Conforme o art. 2º, fica instituída, com fundamento no art. 100, inciso III, da lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979, e suas atribuições, gratificação pelo exercício das atribuições específicas do pregão, a ser concedida aos servidores ou empregados públicos que, na forma do disposto no art. 1º desta lei, sem prejuízo de suas atividades normais de trabalho, vierem a atuar como pregoeiros. Segundo o § 1º do art. 2º, a gratificação de que trata o “caput” do art. 2º corresponderá a 20% (vinte por cento) do valor da Referência DAS-09, constante das Escalas de Padrões de Vencimentos do Quadro dos Profissionais da Administração – QPA. O § 3º do art. 2º diz que a gratificação de que trata esta lei: i) não se incorporará ou se integrará à remuneração do servidor para nenhuma finalidade e não constituirá base de cálculo para a contribuição previdenciária prevista na Lei nº 13.973, de 12 de maio de 2005; ii) é incompatível com a percepção da Gratificação pela Participação em Comissão de Licitação Permanente prevista na Lei nº 9.158, de 1º de dezembro de 1980, e alterações posteriores.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 71-72).

**Comissão de Administração Pública:** favorável (fls. 73-74).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado. Segundo o Executivo, o impacto



## **Comissão de Finanças e Orçamento**

### **Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

orçamentário com a aprovação da presente proposição, calculado em 28/05/2014, seria de R\$ 1.321.075,20 em 2014, R\$ 3.963.225,60 em 2015 e 2016. O cálculo foi feito com base em 20% da referência DAS 09, considerando o máximo de 08 reuniões mensais, 200 pregoeiros e sem integrar a base de cálculo a previdência, férias, 13º salário, abono suplementar e vale alimentação.

À fl. 12, o Executivo apresentou o Quadro Demonstrativo da Despesa com Pessoal no período de Maio/2013 a Abril/2014, o qual, segundo o subsecretário do Tesouro Municipal, “confere que as despesas com pessoal comprometem apenas 34,05% da receita corrente líquida.....portanto, a medida em apreço, caso aprovada, não trará implicações quando ao limite estabelecido no artigo 20” da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

#### **PARECER Nº PROJETO DE LEI Nº 522/2014**

#### **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do Executivo, visa dispor sobre o exercício das atribuições de pregoeiro e institui a gratificação a ser concedida aos servidores e empregados públicos designados para o seu desempenho.

Segundo o art. 1º, as atribuições do pregoeiro poderão ser exercidas por servidores efetivos ou empregados públicos das carreiras de nível médio, preferencialmente com diploma de nível superior, ou das carreiras de nível superior, da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, conforme o caso, mediante designação de autoridade competente para autorizar a abertura de licitação. Para ser designado pregoeiro, de acordo com o § 1º do art. 1º, o servidor deverá comprovar a habilitação mínima exigida no “caput” deste artigo e apresentar certificado de curso específico ministrado diretamente pela Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – Álvaro Liberato Alonso Guerra – EMASP ou por outros órgãos públicos, conforme previsto no regulamento. O § 3º do art. 1º diz que poderão ser designados, no máximo, 200 (duzentos) pregoeiros no âmbito da Administração Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, distribuídos conforme vier a disciplinar o regulamento.

Conforme o art. 2º, fica instituída, com fundamento no art. 100, inciso III, da lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979, e suas atribuições, gratificação pelo exercício das atribuições específicas do pregão, a ser concedida aos servidores ou empregados públicos que, na forma do disposto no art. 1º desta lei, sem prejuízo de suas atividades normais de trabalho, vierem a atuar como pregoeiros. Segundo o § 1º do art. 2º, a gratificação de que trata o “caput” do art. 2º corresponderá a 20% (vinte por cento) do valor da Referência DAS-09, constante das Escalas de Padrões de Vencimentos do Quadro dos Profissionais da Administração – QPA. O § 3º do art. 2º diz que a gratificação de que trata esta lei: i) não se incorporará ou se integrará à remuneração do servidor para nenhuma finalidade e não constituirá base de cálculo para a



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

contribuição previdenciária prevista na Lei nº 13.973, de 12 de maio de 2005; ii) é incompatível com a percepção da Gratificação pela Participação em Comissão de Licitação Permanente prevista na Lei nº 9.158, de 1º de dezembro de 1980, e alterações posteriores.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

17) PDL 14/2015	COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Votação		
		Favor	Contra	Abst.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO PRÊMIO ESCOTISTA MÁRIO COVAS DE AÇÃO VOLUNTÁRIA DO ANO DE 2015, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 02/2003.  Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)  Parecer: FAVORAVEL		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** dispõe sobre a concessão do Prêmio Escotista Mário Covas de Ação Voluntária do ano de 2015, nos termos da Resolução nº 02/2003, a qual criou o Prêmio Escotista Mário Covas Júnior de Ação Voluntária na Cidade de São Paulo. A entrega se dará em sessão solene previamente convocada especialmente para este fim pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fl. 56).

Ressalta que “no tocante a alguns dos homenageados, deverá ser regularizada a anuência, durante a tramitação da propositura, a fim de viabilizar a sua aprovação, vez que os respectivos termos não foram firmados pelos próprios homenageados”. (fl. 56).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável (fl. 57).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Despesas, em tese, previstas.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 14/2015**

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria da douta Comissão de Educação, Cultura



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

e Esportes, visa a concessão do Prêmio Escotista Mário Covas de Ação Voluntária do ano de 2015, nos termos da Resolução nº 02/2003, a qual criou o Prêmio Escotista Mário Covas Júnior de Ação Voluntária na Cidade de São Paulo. A entrega se dará em sessão solene previamente convocada especialmente para este fim pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

18) PDL 45/2015   Ver. PAULO FRANGE (PTB)	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
DISPÕE SOBRE A ENTREGA DO "TÍTULO DE CIDADÃO PAULISTANO" AO DOUTOR RAFAEL EDUARDO FARES GUALDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. OTA (PROS) Parecer: FAVORAVEL	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** concede ao Doutor Rafael Eduardo Fares Gualda o Título de Cidadão Paulistano.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fl. 17).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável (fl. 18).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Despesa, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45/2015**

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria do nobre Vereador Paulo Frange, visa conceder ao Doutor Rafael Eduardo Fares Gualda o Título de Cidadão Paulistano.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

19) PR 10/2014	Ver. JEAN MADEIRA (PRB)	Votação			
INSTITUI O PRÊMIO JUVENTUDE CONTRA O CRACK E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** institui o Prêmio Juventude Contra o Crack, que será entregue, anualmente, no mês de setembro, em sessão solene a ser realizada no Plenário da Câmara Municipal de São Paulo especialmente convocada para esse fim. O Prêmio será destinado às unidades escolares que se destacarem na implantação de iniciativas que visem à prevenção do crack e outras drogas, lícita ou ilícitas no município de São Paulo.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade com apresentação de substitutivo “a fim de adequar o presente projeto de lei à melhor técnica de elaboração legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95/98, bem como para adequar a redação do art. 3º da proposta a fim de que não incida em inconstitucionalidade por vício de iniciativa, nos termos do art. 37, 2º, inciso III, da Lei Orgânica do Município” (fls. 44-45). O art. 3º trata da composição da comissão de concessão do Prêmio.

**Comissão de Administração Pública:** parecer favorável nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 46).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** parecer favorável nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 47).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Segundo informações prestadas a fls. 43 dos autos, a proposição tem adequação orçamentária e financeira, em atenção aos requisitos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro – Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economista

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10/2014**

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Vereador Jean Madeira, visa instituir o Prêmio Juventude Contra o Crack, que será entregue, anualmente, no mês de setembro, em sessão solene a ser realizada no Plenário da Câmara Municipal de São Paulo especialmente convocada para esse fim. O Prêmio será destinado às unidades escolares que se destacarem na implantação de iniciativas que visem à prevenção do crack e outras drogas, lícita ou ilícitas no município de São Paulo.



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “a fim de adequar o presente projeto de lei à melhor técnica de elaboração legislativa, nos termos da Lei complementar nº 95/98, bem como para adequar a redação do art. 3º da proposta a fim de que não incida em inconstitucionalidade por vício de iniciativa, nos termos do art. 37, § 2º, inciso III, da Lei Orgânica do Município”. O art. 3º trata da composição da comissão de concessão do Prêmio.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

20) PLO 2/2015	Ver. SANDRA TADEU (DEMOCRATAS)	Votação			
ALTERA A REDAÇÃO DO § 5º DO ART. 48, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, PARA DISPOR SOBRE A APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO TRIMESTRAL PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)  Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** altera a redação do § 5º do art. 48 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, para dispor sobre apresentação de relatório de atividades pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo. De acordo com a propositura, a redação do citado parágrafo, que originalmente determina que o Tribunal encaminhe trimestralmente à Câmara Municipal relatório de suas atividades e, anualmente, as suas contas para julgamento, passa a prescrever que o Tribunal de Contas do Município apresente trimestralmente, em Sessão Plenária da Câmara Municipal dedicada a essa matéria, o relatório de suas atividades, além de encaminhar anualmente as suas contas para julgamento.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 22)

**Comissão de Administração Pública:** favorável (fls. 23)

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Em primeira análise, considera-se que a implementação das disposições da propositura não envolve acréscimos significativos ao orçamento do Tribunal de Contas.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo – Economia



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**PARECER Nº** **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**  
**PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 2/2015**

O presente projeto de emenda à Lei Orgânica, de autoria da nobre Vereadora Sandra Tadeu, visa alterar a redação do §5º do art. 48 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, para dispor sobre apresentação de relatório de atividades pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo. De acordo com a propositura, a redação do citado parágrafo, que originalmente determina que o Tribunal encaminhe trimestralmente à Câmara Municipal relatório de suas atividades e, anualmente, as suas contas para julgamento, passa a prescrever que o Tribunal de Contas do Município apresente trimestralmente, em Sessão Plenária da Câmara Municipal dedicada a essa matéria, o relatório de suas atividades, além de encaminhar anualmente as suas contas para julgamento.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**Projetos de Deliberação das Comissões**



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

21) PL 223/2006	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	Votação			
FICA OBRIGATÓRIA A IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS EM USO DE DEGRADAÇÃO URBANA NA REGIÃO DO BRÁS - PARI  Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT)  Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** obriga o Executivo a implantar um Programa de Revitalização em áreas de degradação urbana na região do Brás – Pari, que compreenderá um conjunto de intervenções coordenadas pelo Poder Público Municipal, através dos órgãos competentes, com a participação dos proprietários de imóveis, moradores, comerciantes e usuários privados, visando a melhoria e valorização ambiental da região conhecida como Brás – Pari e adjacências. Nos termos da propositura, o referido Programa de Revitalização terá as seguintes metas específicas mínimas: implantação de passagem subterrânea para veículos, sobre os trilhos da Rede Ferroviária Federal, na Rua Monsenhor Andrade; estacionamento subterrâneo sob a quadra compreendida entre os viadutos do Gasômetro e Maestro Alberto Marino; área coberta para bolsão de ambulantes regularizados sobre a laje de cobertura do estacionamento e sob os viadutos Gasômetro e Maestro Alberto Marino; alargamento dos passeios da Zona Comercial de confecção; terminal de ônibus para os usuários e turistas compradores. Na sua justificativa, o nobre Autor ressalta que o “bairro vem sofrendo desde a década de 70 com alterações radicais em sua paisagem e funcionalidade urbana, com novos equipamentos e uma realidade viária, imobiliária e ambiental incapaz de resolver tais intervenções, resultando em uma degradação imobiliária e ambiental total”.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela **constitucionalidade e legalidade** (fls.9/11), com apresentação de substitutivo, visando tornar a propositura autorizativa e adequá-la à melhor técnica de elaboração legislativa.

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** realizou duas audiências públicas (fls. 52/53 – menção do PL a fls. 52 – e fls. 53/56 – menção do PL a fls. 54/55), entretanto não houve manifestação a respeito da propositura. Solicitaram quesitos ao Executivo (fl.57), com resposta a fls. 59/77. **Manifestação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano:** “(...) Tendo em vista a revisão participativa dos Planos Regionais das Subprefeituras (PRs), os quais, no art. 344 da Lei nº 16.050/14 – Plano Diretor Estratégico (PDE), (...), o presente projeto de lei nº 223/06 pode ser contribuição relevante de estudo, uma vez que aponta necessidades locais dos proprietários de imóveis, moradores, comerciantes e usuários privados; e, por meio das oficinas que acontecerão na Revisão dos PRs, poderá ser escolhido como uma das prioridades de intervenção dentro da subprefeitura Mooca. (...) o presente projeto de lei nº 223/06 guarda semelhanças com os instrumentos urbanísticos denominados Projeto de Intervenção Urbana (PIU), previsto no Plano Diretor Estratégico, Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, artigo 136, (...) Estes PIUs serão delimitados na revisão dos PRs, como citado anteriormente, e serão



## **Comissão de Finanças e Orçamento**

### **Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

elencados de acordo com o resultado destas oficinas públicas. Concluindo, somos **pelo veto total** do projeto de lei apresentado, o qual poderia esperar a oportunidade ímpar de ser apresentado como proposta nas oficinas da Revisão dos PRSs, de modo a levantar demandas e possibilidades de intervenção na região de estudo, podendo adequá-lo aos instrumentos já citados se compatível aos desejos da comunidade” (fls.60/61). **Manifestação da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente:** “(...) Após análise e considerações, a equipe técnica do GTAIA concorda com a conclusão proferida pelos demais órgãos consultados no presente processo de consulta técnica, que o Projeto de Lei seja apresentado como proposta nas oficinas da Revisão dos PRSs, de modo a levantar demandas e possibilidades de intervenção na região de estudo, podendo adequá-lo aos instrumentos já citados se compatível aos desejos da comunidade” (fl.68). OBS: GTAIA – Grupo Técnico de Avaliação de Impactos Ambientais. **Manifestação da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras:** “(...) Sendo assim, forçoso concluir que o objeto do Projeto interfere diretamente na gestão administrativa e, conforme observado pelas áreas técnicas consultadas neste expediente, a matéria tratada no Projeto demanda estudos complexos/específicos, ou seja, compete ao Poder Público Municipal realizar estudos que comprovem a viabilidade/possibilidade/oportunidade, inclusive no que diz respeito ao aspecto orçamentário. Por fim, conforme sugerido nos autos deste expediente, também entendemos ser mais adequado e oportuno que o assunto em análise seja discutido no âmbito dos Planos Regionais das Subprefeituras – PRSs” (fls.75/76).

A comissão exarou **parecer favorável** ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls.78/80).

#### **Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Caso o projeto seja aprovado, gerará despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos de seu valor e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno.

Elaboração: Emerson Rildo Araújo de Carvalho - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi/Alexandre Henrique Cardoso – Consultora Técnica Legislativa - Economia

### **PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 223/2006**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Adilson Amadeu, visa criar um Programa de Revitalização em áreas de degradação urbana na região do Brás – Pari, que compreenderá um conjunto de intervenções coordenadas pelo Poder Público Municipal, através dos órgãos competentes, com a participação dos proprietários de imóveis, moradores, comerciantes e usuários privados, visando a melhoria e valorização ambiental da região conhecida como Brás – Pari e adjacências. Nos termos da propositura, o referido Programa de Revitalização terá as seguintes metas específicas mínimas: implantação de passagem subterrânea para veículos, sobre os trilhos da Rede Ferroviária Federal, na Rua



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Monsenhor Andrade; estacionamento subterrâneo sob a quadra compreendida entre os viadutos do Gasômetro e Maestro Alberto Marino; área coberta para bolsão de ambulantes regularizados sobre a laje de cobertura do estacionamento e sob os viadutos Gasômetro e Maestro Alberto Marino; alargamento dos passeios da Zona Comercial de confecção; terminal de ônibus para os usuários e turistas compradores. Na sua justificativa, o nobre Autor ressalta que o “bairro vem sofrendo desde a década de 70 com alterações radicais em sua paisagem e funcionalidade urbana, com novos equipamentos e uma realidade viária, imobiliária e ambiental incapaz de resolver tais intervenções, resultando em uma degradação imobiliária e ambiental total”.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo, visando tornar a propositura autorizativa e adequá-la à melhor técnica de elaboração legislativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

22) PL 398/2011	Ver. QUITO FORMIGA (PSDB)	Votação		
DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE MEIA-ENTRADA PARA DEFICIENTES FÍSICOS ÀS SESSÕES DE CINEMA, TEATRO, ESPETÁCULOS ESPORTIVOS, SHOWS E OUTROS EVENTOS CULTURAIS EXIBIDOS NAS SALAS E CASAS DE ESPETÁCULOS INSTALADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE SAÚDE				

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** Dispõe sobre a instituição de meia entrada para deficientes físicos às sessões de cinema, teatro, espetáculos esportivos, shows e outros eventos culturais exibidos nas salas e casas de espetáculos instaladas no Município de São Paulo.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** parecer pela legalidade (fls. 94/99) com apresentação de substitutivo para adequar a proposta à melhor técnica de elaboração legislativa e para “inserir no projeto a multa pelo descumprimento, sem a qual a proposta fica sem condições de efetividade e cuja fixação não pode ser relegada ao decreto regulamentador, sob ofensa do princípio da



## **Comissão de Finanças e Orçamento**

### **Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

independência e separação entre os Poderes” (fl. 97). O substitutivo estabelece multa de R\$ 500,00, a ser dobrada na reincidência e suspensão da licença de funcionamento do estabelecimento.

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 100 e 101).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 102 e 103).

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher:** parecer favorável (fls. 104/106) com apresentação de substitutivo a fim de “adequar o projeto em questão ao novo conceito de pessoa com deficiência e para que este beneficie não apenas as pessoas com deficiências físicas, mas todas as pessoas que apresentem deficiências de natureza física, mental, intelectual ou sensorial” (fl. 105).

**Comissão de Finanças e Orçamento: Quesitos ao Executivo (fl. 109). RESPOSTA DO EXECUTIVO:** (fls. 111-121) **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:** “...parece que a superveniente edição da Lei Federal nº 12.933/13 veio a demonstrar o oposto, isto é, que o projeto de lei nº 398/2011 desborda dos estreitos limites da competência suplementar do Município.

Com efeito, a indigitada lei federal já assegura aos deficientes o benefício do pagamento de meia-entrada “em todo o território nacional”. Assim, se a norma federal já instituiu amplamente o benefício, de cunho obrigatório para todos os estabelecimentos comerciais – inclusive os que se situam neste Município - , parece não remanescer ao legislador municipal um campo específico (e próprio) de atuação.” (fl. 114)/”...a propositura intenta ampliar o alcance da lei federal, circunstância esta que, como se sabe, implica indevida sobreposição ao campo de competência da União.

A mencionada ampliação pode ser observada na comparação entre, de um lado, o § 10 do artigo 1º da lei federal, que limita a concessão do benefício a apenas 40% (quarenta por cento) dos ingressos disponíveis e, de outro, o artigo 1º do PL nº 398/2011, que não prevê qualquer tipo de restrição.” (fl. 115)

“...padece de inconstitucionalidade, pois não exterioriza uma mera suplementação e ajuste da legislação federal a uma determinada peculiaridade local, razão porque se sugere que ele seja vetado na hipótese de sua aprovação.” (fl. 119);

“...o Projeto... extrapola a competência municipal para legislar sobre matérias de interesse local, além de divergir da Lei Federal nº 12.933/2013, que trata da mesma matéria” – Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos (fls. 121).

#### **Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

O presente projeto, se aprovado, implicará:

- gastos de fiscalização, em tese, já orçamentariamente previstos;
- eventual redução do Imposto Sobre Serviços;
- eventual efeito negativo na arrecadação dos diversos teatros municipais, além da Fundação Theatro Municipal.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 398/2011**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**



## Comissão de Finanças e Orçamento

### Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Quito Formiga, visa assegurar o direito à meia entrada para pessoas com deficiência nas sessões de cinema, teatro, espetáculos esportivos, shows e outros eventos culturais exibidos nas salas e casas de espetáculos instaladas no Município de São Paulo.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo para adequar a proposta à melhor técnica de elaboração legislativa e para “inserir no projeto a multa pelo descumprimento, sem a qual a proposta fica sem condições de efetividade e cuja fixação não pode ser relegada ao decreto regulamentador, sob ofensa do princípio da independência e separação entre os Poderes”.

A colenda Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher apresentou parecer favorável com substitutivo a fim de “adequar o projeto em questão ao novo conceito de pessoa com deficiência e para que este beneficie não apenas as pessoas com deficiências físicas, mas todas as pessoas que apresentem deficiências de natureza física, mental, intelectual ou sensorial”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

23) PL 428/2012	Ver. QUITO FORMIGA (PSDB)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR O DIA DO PASSEIO CICLÍSTICO E CAMINHADA CAPÃO SAUDÁVEL, A SER COMEMORADO ANUALMENTE NO TERCEIRO DOMINGO DO MÊS DE SETEMBRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)  Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia do Passeio Ciclístico e Caminhada Capão Saudável, a ser comemorado anualmente no terceiro domingo do mês de setembro.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** (fl. 40) pela legalidade

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** (fl. 43) Favorável

#### **Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Despesas, em tese, já previstas.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa – Economia



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 428/2012**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Quito Formiga, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a Legislação Municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para incluir o Dia do Passeio Ciclístico e Caminhada Capão Saudável, a ser comemorado anualmente no terceiro domingo do mês de setembro.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

24) PL 379/2013	Ver. DALTON SILVANO (PV)	Votação			
DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE NOS TÁXIS DA CIDADE DE SÃO PAULO.			Favor	Contra	Abst.
Relator: Ver. OTA (PROS)  Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 1 (uma) sessão em 15/10/2015 a pedido do Ver. José Police Neto;

Adiado por 1 (uma) sessão em 21/10/2015 a pedido do Ver. Ricardo Nunes;

Adiado por 2 (duas) sessões em 28/10/2015 a pedido do Ver. Milton Leite.

**ASSUNTO:** dispõe sobre a autorização e regulamentação de veiculação de publicidade nos táxis credenciados da Cidade de São Paulo.

O art. 3º do projeto estabelece que a veiculação de propaganda se dará no encosto da cabeça do banco traseiro do passageiro e do motorista, em vinil, com espaço destinado a colocação de jornais, revistas e folders promocionais.

O art. 4º autoriza a veiculação de publicidade na forma de mensagens colocadas em películas não refletidas no vidro traseiro do veículo. A película não poderá ser inferior a 70% do espaço disponível no vidro, observadas ainda as demais condições estabelecidas em resolução do Contran.

A película terá transparência mínima de 50% olhando de dentro para fora do veículo, a fim de não dificultar a visão dos motoristas;

O art. 5º veda as veiculações de publicidade de cigarros, bebidas alcoólicas, propaganda de caráter político, motéis, exposição de menores em situações constrangedoras e casas de prostituição.

O art. 6º dispõe que caberá à Secretaria Municipal de Transportes a regulamentação desta propositura no prazo máximo de 120 dias.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** (fls. 93-96) pela legalidade, com **substitutivo** “a fim de: (i) inserir o pretendido pela propositura no bojo da Lei nº 14.223/06 que já versa sobre a matéria contida no texto proposto, em atenção ao previsto no art. 7º, IV da Lei Complementar nº 95/98; (ii) excluir o disposto no § 1º do art. 2º do texto proposto, tendo em vista que a Resolução nº 73 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, foi revogada, não sendo de boa técnica legislativa à alusão a tais normas em textos legais, supressão esta que, evidentemente, não prejudica a necessidade de observância de referida norma quando da regulamentação da lei a que o projeto pretende dar origem; (iii) alterar a redação do § 2º do art. 4º do texto proposto para substituir o termo “inferior” pelo termo “superior”, tendo em vista que o fim pretendido com este dispositivo certamente é assegurar a visibilidade, até porque não seria razoável impedir a publicidade em tamanho inferior ao permitido se assim o desejasse o interessado; (iv) excluir o disposto no § 3º do art. 4º do texto proposto, tendo em vista que o Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503/97, no art. 111, III, atribui ao CONTRAN a competência para reger tal assunto, o que foi feito por meio da Resolução nº 254/07, a qual prevê que a transmissão luminosa não poderá ser inferior a 70% para os vidros indispensáveis à dirigibilidade do veículo (art. 3º, caput, c/c seu § 3º); e, (v) excluir o art. 6º do texto proposto, tendo em vista que incide em inconstitucionalidade por violação do princípio constitucional da harmonia e independência entre os Poderes ao dispor sobre atribuições de órgãos da administração pública, sujeitos com exclusividade à direção do Chefe do Poder Executivo”.

A Lei Nº 14.223, de 26/09/2006, dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo.

“Art. 9º. É proibida a instalação de anúncios em:

...

XII - nos veículos automotores, motocicletas, bicicletas e similares e nos “trailers” ou carretas engatados ou desengatados de veículos automotores, excetuados aqueles utilizados para transporte de carga.”

O substitutivo da CCJLP altera a redação do inciso XII do art. 9º da Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006 e acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao mesmo dispositivo, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“XII - nos veículos automotores, motocicletas, bicicletas e similares e nos “trailers” ou carretas engatados ou desengatados de veículos automotores, excetuados **os táxis e** aqueles utilizados para transporte de carga”.

§ 1º Em relação aos táxis, a veiculação de publicidade prevista no inciso XII deste artigo ocorrerá no encosto da cabeça do banco traseiro do passageiro e do motorista, em vinil, com espaço destinado à colocação de jornais, revistas e folders promocionais ou por meio de mensagens colocadas em películas não refletivas no vidro traseiro do veículo, as quais não poderão ser superiores a 70% (setenta por cento) do espaço disponível no vidro.

§ 2º Fica vedada a veiculação de publicidade de cigarros, bebidas alcoólicas, propaganda de caráter político, motéis, exposição de menores em situações constrangedoras e casas de prostituição. (NR)

**Comissão de Administração Pública:** (fls. 98-99) Favorável, com **substitutivo** “a fim de tornar claro o local onde será exibida a publicidade no interior do automóvel” (“Diante da perspectiva de que este tipo de publicidade ocorra geralmente no banco dianteiro, seja do motorista, seja do passageiro, a fim de que a mensagem seja vista pelo passageiro acomodado no banco traseiro, que tem em seu campo de visão tanto a publicidade, quanto o espaço destinado à colocação de jornais, revistas e folders promocionais,

apresentamos a seguinte redação com a devida correção...")

Substitutivo da Comissão de Administração Pública:

“§ 1º Em relação aos táxis, a veiculação de publicidade prevista no inciso XII deste artigo ocorrerá no encosto da cabeça do banco traseiro do passageiro e do motorista, em vinil, com espaço destinado à colocação de jornais, revistas e folders promocionais ou por meio de mensagens colocadas em películas não refletivas no vidro traseiro do veículo, as quais não poderão ser superiores a 70% (setenta por cento) do espaço disponível no vidro.”

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** Favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Administração Pública (fls. 100 e 101)

**Comissão de Finanças e Orçamento: Quesitos ao Executivo,** fl. 102 com **Resposta do Executivo,** às fls. 105-126.

**SP-Urbanismo:** “... não julgamos conveniente a alteração da Lei nº 14.223/06 pelos motivos que seguem:

- 1) O impacto causado a toda a população pelo anúncio publicitário no vidro traseiro dos táxis teria como único beneficiário o taxista, o que é inaceitável;
- 2) A outra proposta de veiculação de anúncio publicitário "no encosto da cabeça do banco do passageiro e do motorista, em vinil, com espaço destinado à colocação de jornais, revistas e folders promocionais", não é visível do logradouro público e portando não demanda uma alteração na Lei!" (fl. 116)

**Secretaria Municipal de Transportes:** “... devemos destacar que os anúncios publicitários foram apenas regulamentados na parte externa, no tocante aos elementos que compõem a paisagem urbana. Não há proibição da propaganda em locais internos ou naqueles que não interfiram em seu objetivo principal, que é o controle da poluição visual da cidade.

Note-se que, os anúncios publicitários nos veículos táxis estão autorizados e regulamentados na parte interior desses veículos, através das Portarias expedidas pelo Secretário Municipal de Transportes (Portaria nº 163/2010 - SMT.GAB) e pelo Diretor do Departamento de Transportes Públicos (Portaria nº 119/2011 - DTP.GAB).

No que se refere à publicidade externa nos veículos táxi, entendemos que a Lei 14.223 já contempla ao interesse público, autorizando mediante análise dos órgãos competentes e da CPPU (Comissão de Proteção da Paisagem Urbana) os anúncios especiais que possuem utilidade pública.

Desta maneira, entendemos que a permissão da instalação de anúncios e publicidade na forma proposta pelo Projeto de Lei em epígrafe, no que se refere à parte externa dos veículos não atende ao interesse público devido aos possíveis impactos na carga de poluição visual da cidade, e ressaltamos, outrossim, que tal atividade já está contemplada com a autorização de publicidade no espaço interno dos veículos como alternativa de atividade econômica para a categoria, mediante o cumprimento das normas estabelecidas. Neste sentido, a propositura não traz inovação jurídica pois sua proposta já está contemplada nos dispositivos legais vigentes.

Diante do exposto, opinamos no sentido de apresentar **parecer contrário ao projeto**, uma vez que as normativas vigentes já atendem ao interesse econômico da categoria e ao interesse público.” (fls. 110-111)

Secretaria Municipal de Transportes - Chefia de Gabinete: “... manifesto-me pelo veto ao Projeto de Lei nº 379/2013.” (fl. 115)

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, referentes à fiscalização, sem demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrações que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologias de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afeta o cumprimento das metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do equilíbrio e de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias] situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e” do Regimento Interno.

O **Autor** propôs Substitutivo ao substitutivo da Comissão de Administração Pública, com as seguintes alterações.

No Art. 1º do projeto, inciso XII do art. 9º da Lei nº 14.223:

§ 1º Em relação aos táxis, a veiculação de publicidade prevista no inciso XII deste artigo ocorrerá no encosto da cabeça ~~do banco do passageiro e do motorista,~~ **dos bancos dianteiros** em vinil, com espaço destinado à colocação de jornais, revistas e folders promocionais ou por meio de mensagens colocadas em películas não refletivas no vidro traseiro do veículo, as quais ~~não poderão ser superiores a 70% (setenta por cento)~~ **deverão ser de 100% (cem por cento) do espaço disponível no vidro.**

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**O PROJETO DE LEI Nº 379/2013**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Dalton Silvano, visa dispor sobre a autorização e regulamentação de veiculação de publicidade nos táxis credenciados da cidade de São Paulo.

O art. 3º do projeto estabelece que a veiculação de propaganda se dará no encosto da cabeça do banco traseiro do passageiro e do motorista, em vinil, com espaço destinado a colocação de jornais, revistas e folders promocionais.

O art. 4º autoriza a veiculação de publicidade na forma de mensagens colocadas em películas não refletidas no vidro traseiro do veículo. A película não poderá ser inferior a 70% do espaço disponível no vidro, observadas ainda as demais condições estabelecidas em resolução do Contran e terá transparência mínima de 50% olhando de dentro para fora do veículo, a fim de não dificultar a visão dos motoristas.

O art. 5º veda as veiculações de publicidade de cigarros, bebidas alcoólicas, propaganda de caráter político, motéis, exposição de menores em situações constrangedoras e casas de prostituição.

O art. 6º dispõe que caberá à Secretaria Municipal de Transportes a regulamentação desta propositura no prazo máximo de 120 dias.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade, com substitutivo “a fim de: (i) inserir o pretendido pela propositura no bojo da Lei nº 14.223/06 que já versa sobre a matéria contida no texto proposto, em atenção ao previsto no art. 7º, IV da Lei Complementar nº 95/98; (ii) excluir o disposto no § 1º do art. 2º do texto proposto, tendo em vista que a Resolução nº 73 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, foi revogada, não sendo de boa técnica legislativa à alusão a tais normas em textos legais, supressão esta que, evidentemente, não prejudica a necessidade de observância de referida norma quando da regulamentação da lei a que o projeto pretende

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

dar origem; (iii) alterar a redação do § 2º do art. 4º do texto proposto para substituir o termo “inferior” pelo termo “superior”, tendo em vista que o fim pretendido com este dispositivo certamente é assegurar a visibilidade, até porque não seria razoável impedir a publicidade em tamanho inferior ao permitido se assim o desejasse o interessado; (iv) excluir o disposto no § 3º do art. 4º do texto proposto, tendo em vista que o Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503/97, no art. 111, III, atribui ao CONTRAN a competência para reger tal assunto, o que foi feito por meio da Resolução nº 254/07, a qual prevê que a transmissão luminosa não poderá ser inferior a 70% para os vidros indispensáveis à dirigibilidade do veículo (art. 3º, caput, c/c seu § 3º); e, (v) excluir o art. 6º do texto proposto, tendo em vista que incide em inconstitucionalidade por violação do princípio constitucional da harmonia e independência entre os Poderes ao dispor sobre atribuições de órgãos da administração pública, sujeitos com exclusividade à direção do Chefe do Poder Executivo”.

A colenda Comissão de Administração Pública, por sua vez, apresentou parecer favorável, com substitutivo “a fim de tornar claro o local onde será exibida a publicidade no interior do automóvel”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. Contudo, o Autor sugeriu substitutivo ao substitutivo da Comissão de Administração Pública, que acolhemos, nos seguintes termos:

**SUBSTITUTIVO Nº**

**AO PROJETO DE LEI Nº 379/2013**

Altera a redação da Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a redação do inciso XII do art. 9º da Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006, e acrescidos os parágrafos 1º e 2º ao mesmo dispositivo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º ...

...

XII - nos veículos automotores, motocicletas, bicicletas e similares e nos “trailers” ou carretas engatados ou desengatados de veículos automotores, excetuados os táxis e aqueles utilizados para transporte de carga.

§ 1º Em relação aos táxis, a veiculação de publicidade prevista no inciso XII deste artigo ocorrerá no encosto da cabeça dos bancos dianteiros, em vinil, com espaço destinado à colocação de jornais, revistas e folders promocionais ou por meio de mensagens colocadas em películas não refletivas no vidro traseiro do veículo, as quais deverão ser de 100% (cem por cento) do espaço disponível no vidro.

§ 2º Fica vedada a veiculação de publicidade de cigarros, bebidas alcoólicas, propaganda de caráter político, motéis, exposição de menores em situações constrangedoras e casas de prostituição.” (NR)

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 3º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

25) PL 416/2013	Ver. CORONEL TELHADA (PSDB); Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB); Ver. TONINHO PAIVA (PR); Ver. MARQUITO (PTB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS ESTABELECIMENTOS DE LAZER COM FUNCIONAMENTO NOTURNO E ENTRETENIMENTO MUSICAL A DISPONIBILIZAREM 30% (TRINTA POR CENTO) DE SEU HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO PARA EXIBIÇÃO DE MÚSICA AO VIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. OTA (PROS)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** obriga os estabelecimentos de lazer com funcionamento noturno e entretenimento musical a disponibilizarem 30% (trinta por cento) de seu horário de funcionamento para exibição de música ao vivo. Segundo a justificativa, “o que se pretende é estimular a atividade dos artistas, determinando que apenas uma parte da programação dos bares noturnos seja consubstanciada em shows ao vivo.”

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 25-26)

**Comissão de Trânsito, Transporte, Turismo, Atividade Econômica, Lazer e Gastronomia:** apresentou substitutivo, acordado com o nobre Vereador autor do projeto, com o intuito de possibilitar a inclusão na propositura de todos estabelecimentos comerciais e de lazer independentemente do horário de funcionamento, diurno, vespertino ou noturno, com entretenimento musical (fls. 27-29)

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** o Vereador autor da propositura requereu a esta Comissão que apresente substitutivo, que excetua da obrigação as discotecas, danceterias e boates em razão de executarem música eletrônica (fls. 36-39). A Comissão aprovou tal substitutivo. (fls. 42-43)

**Comissão de Finanças e Orçamento:** foram solicitadas informações ao Executivo (fl. 44) com respostas nas fls. 47 a 52:

- “a exigência estabelecida no PL nº 416/13, poderá causar desestímulo a atividade, por causar despesas extraordinárias não só com a contratação da música ao vivo, como também com o necessário isolamento acústico do estabelecimento, de forma a atender os parâmetros de incomodidade. Portanto, quanto à fiscalização dos fins pretendidos no PL, entendemos que a avaliação do conteúdo artístico ou cultural, bem como cálculos percentuais, quanto ao tempo utilizado em eventos musicais, ou, até mesmo, eventual auditoria em possíveis contratos entre particulares, não se coaduna com as atribuições dos Agentes Vistores, lotados nas

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Subprefeituras.” – Supervisão Geral de Uso e Ocupação do Solo – Secretaria de Coordenação das Subprefeituras (fls. 48).

- “O Projeto ao estabelecer a imposição de fiscalização e aplicação de penalidades interfere nas atividades próprias do Executivo, atinentes ao planejamento, regulação e gerenciamento dos serviços locais, o que implica na geração de despesa, sem a indicação de recursos correspondentes ao orçamento. Observa que a fiscalização proposta, conforme esclarecido por SGUOS, sequer está fixada na competência dos agentes videntes. Assim, PL encontra-se inserida no âmbito da iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal” – Assessoria Técnica de Assuntos Jurídicos – Secretaria de Coordenação das Subprefeituras (fls. 50/51).
- “a medida não se limita a apoiar ou incentivar a valorização e difusão das manifestações culturais, nos termos do artigo 215 da CF, mas estabelece limitação indevida ao exercício de atividade tipicamente privada, violando os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência” – Assessoria Técnica de Assuntos Jurídicos – Secretaria de Coordenação das Subprefeituras (fl. 51).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado com **fiscalização**, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº**  
**O PROJETO DE LEI Nº 416/2013**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Coronel Telhada, Claudinho de Souza, Marquito e Toninho Paiva, visa obrigar os estabelecimentos de lazer com funcionamento noturno e entretenimento musical a disponibilizarem 30% (trinta por cento) de seu horário de funcionamento para exibição de música ao vivo. Segundo a justificativa, “o que se pretende é estimular a atividade dos artistas determinando que apenas uma parte da programação dos bares noturnos seja consubstanciada em shows ao vivo.”

A egrégia Comissão de Trânsito, Transporte, Turismo, Atividade Econômica, Lazer e Gastronomia apresentou substitutivo, acordado com o nobre Vereador autor do projeto, com o intuito de possibilitar a inclusão na propositura de todos estabelecimentos comerciais e de lazer independentemente do horário de funcionamento, diurno, vespertino ou noturno, com entretenimento musical.

A colenda Comissão de Educação, Cultura e Esportes apresentou substitutivo, que excetua da obrigação as discotecas, danceterias e boates em razão de executarem música eletrônica, atendendo a requerimento do nobre Vereador autor.



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

26) PL 474/2013	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A RESERVA E DESTINAÇÃO DE 10% DOS ALVARÁS DE ESTACIONAMENTOS, QUANDO DO SORTEIO PELO MUNICÍPIO, A AQUELES TAXISTAS QUE COMPROVAREM MAIOR TEMPO NA PROFISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)					
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** dispõe sobre a reserva e destinação de 10% (dez por cento) dos Alvarás de Estacionamento aos taxistas que comprovarem maior tempo no exercício da profissão, quando forem realizados sorteios dos referidos documentos.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 54-56).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** parecer favorável (fls. 57-58).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável (fls. 59).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

Os custos decorrentes da implementação das disposições da propositura são, basicamente, os de organizar o sorteio dos alvarás de acordo com os novos parâmetros, quando ele for realizado. Considera-se que, quando isto ocorrer, as despesas estarão orçadas. Sugerimos substitutivo para correção redacional.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto- Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 474/2013**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Adilson, visa dispõe sobre a reserva e destinação de 10% (dez por cento) dos Alvarás de Estacionamento aos taxistas que comprovarem maior

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

tempo no exercício da profissão, quando forem realizados sorteios dos referidos documentos.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. Contudo, com a finalidade de realizar correções redacionais, apresentamos o seguinte substitutivo:

**SUBSTITUTIVO Nº**

**AO PROJETO DE LEI Nº 474/2013**

Dispõe sobre a reserva e destinação de 10% dos alvarás de estacionamento, quando do sorteio pelo Município, a aqueles taxistas que comprovarem maior tempo na profissão, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica reservado e destinado, nos sorteios de alvarás de estacionamento promovidos pelo Município, o percentual de 10% (**dez por cento**) aos taxistas que comprovarem maior tempo em exercício.

Art. 2º Poderão pleitear sua inclusão na cota **de que trata o art. 1º** aqueles que, preenchidos os requisitos legais, ainda não **tenham sido** contemplados.

Art. 3º Para comprovação de exercício da profissão poderá o participante apresentar, além do **CONDUTAX**, atestados e certidões pertinentes para **esse** fim.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação, em especial no tocante aos aspectos procedimentais e de formalização.

Art. 5º As despesas decorrentes da implantação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

27) PL 585/2013	Ver. GILSON BARRETO (PSDB); Ver. PATRÍCIA BEZERRA (PSDB); Ver. EDUARDO TUMA (PSDB); Ver. CORONEL TELHADA (PSDB); Ver. AURELIO NOMURA (PSDB); Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA CARROCERIA METÁLICA MODELO "GAIOLA" EM CASO DE TRANSPORTE DE BOTIJÃO E CILINDRO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO QUANDO TRANSPORTADOS EM VIAS PÚBLICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB) Parecer: FAVORAVEL	Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.



## Comissão de Finanças e Orçamento

### Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

--	--

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de carroceria metálica modelo “gaiola” para transporte de botijão e/ou cilindro de gás liquefeito de petróleo, com o objetivo de obter ganhos de segurança. A propositura define “botijão” e “cilindro de gás” em termos que especifica, estabelece parâmetros que especifica para as carrocerias metálicas acima citadas e determina multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), dobrada em caso de reincidência, a eventuais infratores.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 77-79).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** favorável (fls. 80).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável (fls. 82-83).

#### **Comissão de Finanças e Orçamento:**

Solicitadas informações ao Executivo (fls. 84), com resposta a fls. 86/98:

- “... cabe a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, legislar sobre o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos. Nesse sentido, a ANTT publicou a Resolução nº 420/2004 que aprova as instruções complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos...” CET – Departamento de Transportes Especiais (fls. 87);
- “... a obrigatoriedade de carroceria metálica “gaiola” em caso de transporte de botijão e cilindro de gás liquefeito de petróleo, só na cidade de São Paulo, causará transtornos para os veículos de outros Estados e Municípios que circulam em São Paulo, apenas de passagem ou abastecendo as Centrais de Distribuição do produto em pauta” CET – DO/Assessoria de Fiscalização (fls. 89);
- “... pela manutenção do veto ao Projeto...” Secretaria Municipal de Transportes – Chefia de Gabinete (fls. 98).

#### **Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, relativas à fiscalização da observância de suas disposições, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto/Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 585/2013**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria dos nobre Vereadores Coronel Telhada, Aurélio Nomura, Claudinho de Souza, Eduardo Tuma, Gilson Barreto e Patrícia Bezerra, visa dispor sobre a obrigatoriedade de uso de carroceria metálica modelo “gaiola” para transporte de botijão e/ou cilindro de gás liquefeito de petróleo, com o objetivo de obter ganhos de segurança.

A propositura define “botijão” e “cilindro de gás” em termos que especifica, estabelece parâmetros que também especifica para as carrocerias metálicas acima citadas e determina multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), dobrada em caso de reincidência, a eventuais infratores de suas disposições.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor ao projeto, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

28) PL 3/2014	Ver. GOULART (PSD)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO A SP-ARTE FEIRA INTERNACIONAL DE ARTE DE SÃO PAULO, ANUALMENTE NO MÊS DE ABRIL.			Favor	Contra	Abst.
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)  Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo a SP-Arte Feira Internacional de Arte de São Paulo — evento que busca fomentar o mercado de arte brasileiro, ressaltar a Cidade de São Paulo no circuito internacional de artes, e reforçar o trânsito cultural entre São Paulo e o Mundo — a ser comemorada anualmente no mês de abril.

A propositura também prevê que os organizadores da SP-Arte deverão solicitar autorização do



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Poder Público Municipal, na eventual necessidade de utilização de logradouros ou espaços públicos.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade, na forma de "Substitutivo, que visa adequar o projeto à técnica legislativa" (fls. 39 e 40).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 41).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

O projeto, caso aprovado, implicará despesas que já foram previstas.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 3/2014**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Goulart, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo a SP-Arte Feira Internacional de Arte de São Paulo — evento que busca fomentar o mercado de arte brasileiro, ressaltar a Cidade de São Paulo no circuito internacional de artes, e reforçar o trânsito cultural entre São Paulo e o Mundo — a ser comemorada anualmente no mês de abril.

A propositura também prevê que os organizadores da SP-Arte deverão solicitar autorização do Poder Público Municipal, na eventual necessidade de utilização de logradouros ou espaços públicos.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, na forma de substitutivo que visa adequar o projeto à técnica legislativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

29) PL 143/2014	Ver. ORLANDO SILVA (PC DO B); Ver. ARI FRIEDENBACH (PROS)	Votação			
DENOMINA CICLOPASSARELA WALTER TORRE, SUBPREFEITURA DE PINHEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (LOCALIZADO SOBRE A AV. MARGINAL PINHEIROS E SOBRE A VIA FÉRREA, A QUAL ACHA-SE INSERIDA NAS OBRAS VIÁRIAS DO COMPLEXO COMERCIAL JK)			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. OTA (PROS)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. POLÍTICA URBANA					



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

--	--

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 2 (duas) sessões em 28/10/2015 a pedido do Ver. Milton Leite.

**ASSUNTO:** denomina Ciclop passarela Walter Torre a passarela para ciclistas sobre a Avenida Marginal Pinheiros e sobre a via férrea, a qual acha-se inserida nas obras viárias do Complexo Comercial JK, Subprefeitura de Pinheiros.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** solicitou quesitos ao Executivo (fl.28), com resposta a fls. 29/34. **Manifestação da Secretaria Municipal de Licenciamento:** "(...) De acordo com a indicação fornecida por SIURB em folhas 30 deste, fornecemos para o Projeto de Lei nº 0143/14 o seguinte texto: "Fica denominada Ciclop passarela Walter Torre a passarela para ciclistas que interliga a Ciclovía da Avenida das Nações Unidas ao Parque Municipal Mário Pimenta Camargo, passando sobre a via férrea (setor 299 – quadra 143), no Distrito do Itaim Bibi, Subprefeitura de Pinheiros" (fl.31). A Comissão exarou parecer pela **legalidade**, com apresentação de substitutivo, visando "unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo" (fls.35/36).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável**, com apresentação de substitutivo ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, visando "incluir o nome completo do homenageado, de acordo com o constante em sua certidão de óbito" [a denominação seria "Ciclop passarela Walter Caetano Ferreira Torre"] (fls.37/38).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** parecer **contrário**, ressaltando que "Coincidentemente, o nome do homenageado se confunde com o da empresa WTorre, e, portanto, denominar um espaço público com o seu nome irá, inevitavelmente, relacionar a ciclop passarela à tal empresa, constituindo-se em uma propaganda indevida de um agente privado em um bem público oficial" (fl.39). Há voto vencido do relator favorável (fl.40).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Emerson Rildo Araújo de Carvalho - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 143/2014**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobres Vereadores Orlando Silva e Ari Friendebach, visa denominar Ciclop passarela Walter Torre a passarela para ciclistas que interliga a Ciclovía da Avenida das Nações Unidas ao Parque Municipal Mário Pimenta Camargo, passando sobre a via férrea, no Distrito

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

do Itaim Bibi, Subprefeitura de Pinheiros.

A douta comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo visando ajustar a descrição do logradouro nos termos propostos pelo Executivo.

A colenda Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente apresentou substitutivo ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, objetivando “incluir o nome completo do homenageado, de acordo com o constante em sua certidão de óbito”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

30) PL 331/2014	Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS EM DISPONIBILIZAR AGENTES DE SEGURANÇA PRIVADA JUNTO AOS TERMINAIS DE CAIXAS ELETRÔNICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** dispõe sobre a obrigatoriedade das agências bancárias em disponibilizar agentes de segurança privada junto aos terminais de caixas eletrônicos.

O art. 1º institui a obrigatoriedade da manutenção nos serviços de segurança privada das agências bancárias, através de implantação de cabine blindada com permanência ininterrupta de vigilante, junto a terminais de caixas eletrônicos, localizados no interior do estabelecimento, no período em que há disponibilidade para o público realizar suas transações financeiras.

Pelo art. 2º, a obrigatoriedade em manter o serviço de segurança privada inclui o período noturno, finais de semana e feriados.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela constitucionalidade e legalidade (fls. 22/24), com apresentação de substitutivo “para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, fixando o valor da multa em reais tendo em vista a extinção da UFM em 01/01/96” (fls. 23).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 25).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 26).



## **Comissão de Finanças e Orçamento**

### **Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

#### **Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

Despesas seriam relacionadas à fiscalização. Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, incluindo despesas com pessoal, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas], art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias] e art. 21 [que estabelece ser nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda as exigências dos arts. 16 e 17 da LRF e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno.

#### **Sugerimos envio de quesitos ao Executivo.**

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

#### **PARECER Nº PROJETO DE LEI Nº 331/2014**

#### **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa dispor sobre a obrigatoriedade das agências bancárias em disponibilizar agentes de segurança privada junto aos terminais de caixas eletrônicos.

O art. 1º institui a obrigatoriedade de implantar e manter cabine blindada com permanência ininterrupta de vigilante junto a terminais de caixas eletrônicos localizados no interior do estabelecimento, no período em que há disponibilidade para o público realizar suas transações financeiras.

Pelo art. 2º, a obrigatoriedade em manter o serviço de segurança privada inclui o período noturno, finais de semana e feriados.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, fixando o valor da multa em reais tendo em vista a extinção da UFM em 01/01/96”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, nos termos do substitutivo mencionado, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

31) PL 431/2014 Ver. REIS (PT)		Votação			
DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM EMITIR DOCUMENTOS IMPRESSOS EM BRAILLE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Relator: Ver. OTA (PROS)  Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a obrigação das instituições financeiras em emitir documentos impressos como extratos, faturas, boletos, comprovantes, entre outros, na linguagem braille.

Segundo o parágrafo 2º, os documentos mencionados serão disponibilizados após solicitação do cliente deficiente visual ou de seu responsável legal. O paragrafo único deste artigo diz que o prazo de atendimento pelas pessoas jurídicas é de 30 (trinta) dias, após a solicitação.

A fiscalização e aplicação do disposto nesta Lei serão realizadas pelos órgãos públicos nos respectivos âmbitos de suas atribuições, segundo o art.4º.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de “adequar o valor da multa prevista para o caso de descumprimento da norma, pois a Unidade Fiscal de Valor do Município de São Paulo – UFM, foi extinta em 01/01/96 por força da art. 5º da Lei Municipal nº 11.960/95, bem como para substituir a expressão deficiente visual por pessoa com deficiência visual, que é a terminologia tecnicamente mais adequada”. (fls. 94/98).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. (fl. 99).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. (fls. 101/102).

Comissão de Finanças e Orçamento: foram feitos quesitos ao Executivo (fl. 103) com resposta às folhas 105-115:

- “A conclusão da SGUOS (Supervisão Geral de Uso e Ocupação do Solo) (...) foi de que a constatação da infração ficaria na dependência de declarações das pessoas prejudicadas, ou então na apresentação de documentos pela Instituição Financeira, o que, no seu entendimento, seriam tênues as possibilidades aventadas” (fls. 109-110 - Secretaria de Coordenação das Subprefeituras).
- “(...) o impacto financeiro mais significativo gerado pela proposta repercutirá nas relações Instituições Financeiras/Clientes, na medida em que estes últimos certamente arcarão com os custos do novo serviço previsto. No âmbito da Administração Municipal, considerando que a nova demanda fiscalizatória, salvo melhor juízo, deverá ser absorvida pelas equipes existentes nas Subprefeituras (art. 4º do PL), não temos condições de mensurar eventual impacto financeiro-



## **Comissão de Finanças e Orçamento**

### **Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

orçamentário gerado pelo projeto de lei em questão”. (fl. 111 – Secretaria de Coordenação das Subprefeituras).

- “(...) esta ATAJ é contrária ao Projeto de Lei em virtude das dificuldades apontadas pela SGUOS no tocante à sua fiscalização”. (fl. 111 - Secretaria de Coordenação das Subprefeituras).
- “(...) se considerarmos que a falta de licença de funcionamento é tida como uma infração mais grave, eis que impede o exercício da atividade como um todo, não se mostra proporcional que o valor da multa para o caso em tela seja de valor tão expressivo (fl. 113 - Secretaria de Coordenação das Subprefeituras).
- (...) a proposta em análise prevê a possibilidade de suspensão da licença de funcionamento da instituição financeira, nos termos constantes do artigo 3º. Também neste ponto, o PL ora analisado enseja dúvida quanto à razoabilidade e proporcionalidade da sanção nele prevista”. (fl. 114 - Secretaria de Coordenação das Subprefeituras).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento

De acordo com manifestação da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, “a nova demanda fiscalizatória, salvo melhor juízo, deverá ser absorvida pelas equipes existentes nas Subprefeituras”.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

#### **PARECER Nº PROJETO DE LEI Nº 431/2014**

#### **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Reis, visa dispor sobre a obrigação das instituições financeiras em emitir documentos impressos como extratos, faturas, boletos, comprovantes, entre outros, na linguagem braille.

Segundo o parágrafo 2º, os documentos mencionados serão disponibilizados após solicitação do cliente deficiente visual ou de seu responsável legal. O parágrafo único deste artigo diz que o prazo de atendimento pelas pessoas jurídicas é de 30 (trinta) dias, após a solicitação.

A fiscalização e aplicação do disposto nesta Lei serão realizadas pelos órgãos públicos nos respectivos âmbitos de suas atribuições, segundo o art.4º.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de “adequar o valor da multa prevista para o caso de descumprimento da norma, pois a Unidade Fiscal de Valor do Município de São Paulo – UFM, foi extinta em 01/01/96 por força da art. 5º da Lei Municipal nº 11.960/95, bem como para substituir a expressão deficiente visual por pessoa com deficiência visual, que é a terminologia tecnicamente mais adequada”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

32) PL 435/2014	Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	Votação			
DENOMINA-SE A TRAVESSA JOSÉ EDU DA SILVA TIAGO O ESPAÇO PÚBLICO SEM DENOMINAÇÃO NO BAIRRO DE JARDIM SÃO PAULO-SP, SUBPREFEITURA SANTANA/TUCURUVI.  Relator: Ver. OTA (PROS)  Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** denomina Viela José Edu da Silva Tiago o espaço público, sem denominação, situado no Jardim São Paulo, Subprefeitura Santana/Tucuruvi.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** foram feitos quesitos ao Executivo (fl. 23) com resposta às folhas 24-26).

Parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim “unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo às fls. 25 dos autos” (fls. 27-28).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 30).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 29).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

Despesas, em tese, já previstas.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 435/2014**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Nelo Rodolfo, visa denominar Viela José Edu da Silva Tiago o espaço público, sem denominação, situado no Jardim São Paulo, Subprefeitura Santana/Tucuruvi.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim “unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo às fls. 25 dos autos”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

33) PL 457/2014	Ver. JAIR TATTO (PT)	Votação			
DENOMINA O ESPAÇO PÚBLICO INOMINADO PRAÇA JOSÉ GARCIA, SITUADO NO JARDIM PERI ALTO - SUBPREFEITURA CASA VERDE/CACHOEIRINHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (LOCALIZADO NA CONFLUÊNCIA DAS RUAS ALFA ROBEIRAS E DÁRIO VILLARES BARBOSA).			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** denomina Praça José Garcia, o espaço público inominado localizado na confluência das Ruas Alfarrobeiras e Dário Vilares Barbosa, situadas no bairro Jardim Peri Alto, Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** solicitou informações ao Executivo (fl. 30), com respostas às folhas 33/34.

Exarou parecer **pela legalidade**, na forma de Substitutivo, “o qual visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo” (fls. 35/36).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** favorável, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 37).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 38).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

O presente projeto gera despesas, em tese, normalmente prevista.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº** **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**  
**PROJETO DE LEI Nº 457/2014**

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Jair Tatto, visa denominar Praça José Garcia, o espaço público inominado localizado na confluência das Ruas Alfarrobeiras e Dário Vilares Barbosa, situadas no bairro Jardim Peri Alto, Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, na forma de Substitutivo, “o qual visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

34) PL 560/2014	Ver. CALVO (PMDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A NOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO DO TIPO PRAÇA, ANTES INOMINADO, LOCALIZADO NA VILA SIQUEIRA - BAIRRO LIMÃO - ZONA NORTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, NOME: PRAÇA DIMAS MONIZ PINHEIRO, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (SITUADA ENTRE AS ESQUINAS DAS RUAS VICENTE FERREIRA LEITE E ESTELA BORGES MORATO).			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** denomina Praça Dimas Moniz Pinheiro, o logradouro público, inominado, situado entre as esquinas das Ruas Vicente Ferreira Leite e Estela Borges Morato - Vila Siqueira - Bairro Limão, Zona Norte do Município de São Paulo, Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha/Limão.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** solicitou informações ao Executivo (fl. 35), com respostas às folhas 36 – 39.

Exarou parecer **pela legalidade**, na forma de Substitutivo, “o qual visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo” (fls. 40-41).



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** favorável, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl.42).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl.43).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

O presente projeto gera despesas, em tese, normalmente prevista.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia  
Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 560/2014**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Calvo, visa denominar Praça Dimas Moniz Pinheiro, o logradouro público, inominado, situado entre as esquinas das Ruas Vicente Ferreira Leite e Estela Borges Morato - Vila Siqueira - Bairro Limão, Zona Norte do Município de São Paulo, Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha/Limão.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, na forma de Substitutivo, "o qual visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

35) PL 49/2015	Ver. CALVO (PMDB); Ver. NETINHO DE PAULA (PDT)	Votação			
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, COM A FINALIDADE DA INCLUSÃO DO DIA MUNICIPAL DA SÍNDROME DE DOWN, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir, no Calendário de Eventos da



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Cidade de São Paulo, o Dia Municipal da Síndrome de Down.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela **legalidade**, com apresentação de substitutivo, visando adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa (fls. 13/14).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 15/16).

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 17/18).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Emerson Rildo Araújo de Carvalho Consultor Técnico Legislativo - Economia  
Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 49/2015**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Calvo e do nobre Vereador Netinho de Paula, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir, no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo, o Dia Municipal da Síndrome de Down.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo visando adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

36) PL 328/2015	Ver. QUITO FORMIGA (PSDB)	Votação			
INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DO ADVOGADO PREVIDENCIARISTA".			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia Municipal do Advogado Previdenciário, a ser comemorado, anualmente, no



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

dia 10 de março.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade, com apresentação de substitutivo "a título de aperfeiçoamento do projeto de Lei em análise, adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis" (fls. 08-09).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 10)

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

O projeto gera despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº** **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**  
**PROJETO DE LEI Nº 328/2015**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Quito Formiga, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia Municipal do Advogado Previdenciário, a ser comemorado, anualmente, no dia 10 de março.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo "a título de aperfeiçoamento do projeto de Lei em análise, adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis"

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

37) PL 329/2015   Ver. RICARDO NUNES (PMDB)		Votação			
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI Nº 14.485, DE 19/07/07, PARA INCLUIR O "EVENTO CANÇÃO NOVA ABRAÇA SÃO PAULO", O CALENDÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO.  Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)  Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** altera a Lei nº 14.485 de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Evento Canção Nova Abraça São Paulo, a ser comemorado no primeiro domingo do mês de outubro.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade com apresentação de substitutivo, "adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis". (fls. 11-12).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 13).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

Despesas, em tese, já previstas.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº** **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE C**  
**PROJETO DE LEI Nº 329/2015**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Ricardo Nunes, visa alterar a Lei nº 14.485 de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Evento Canção Nova Abraça São Paulo, a ser comemorado no primeiro domingo do mês de outubro.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo, "adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

38) PL 385/2015	Ver. QUITO FORMIGA (PSDB)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007 COM A FINALIDADE DE INSTITUIR O "DIA DO VOLUNTÁRIO ESPÍRITA", A SER COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 02 DE ABRIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

--	--

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo, o Dia do Voluntário Espírita, a ser comemorado, anualmente, no dia 02 de abril.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade com apresentação de substitutivo “a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativas elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis” (fls. 18-19).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 20).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº** **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**  
**PROJETO DE LEI Nº 385/2015**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Quito Formiga, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo, o Dia do Voluntário Espírita, a ser comemorado, anualmente, no dia 02 de abril.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativas elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em



**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 30ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 25/11/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**Requerimentos**

39) REQ. FIN 83/2015	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)			
Data do Requerimento: 12/11/2015				
<p>REQUEIRO a douta Comissão de Finanças, na pessoa de seu Presidente Nobre Vereador Police Neto, que nos termos regimentais, seja convidado a prestar esclarecimentos a esta comissão os vencedores da Concorrência Pública nº 01 - B/SDTE/2014, pelos motivos a seguir expostos:</p> <p>Considerando, que a antiga Feira da Madrugada, conhecida ainda como Pátio Pari, atualmente "Circuito das Compras", passará diante da referida concorrência, por uma obra pública para a implantação, operação, manutenção e exploração econômica do referido espaço;</p> <p>Considerando, que o local, por anos, fora objeto das mais diversas investigações, fiscalizações possuindo problemas de toda ordem;</p> <p>Considerando ainda, que o local, até a presente data, consumiu centenas de milhares de reais do erário para custear sua manutenção, onde através do novo contrato de exploração por 35, espera-se proceder a uma revolução conceituai e operacional para a antiga feira;</p> <p>Assim, diante do exposto, requer seja convidado os Diretores das Empresas Mais Invest Empreendimentos e Incorporações S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.086.003/0001-22, RFM Participações Ltda. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.969.583/0001-31 e Talismã Fundo de Investimento em Participações no CNPJ/MF sob o nº 21.550.359/0001-02, para que compareçam em reunião desta</p> <p>Comissão munidos de apresentação dos projetos bem como buscando dirimir duvidas dos Parlamentares neste sentido.</p>				
	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
	Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
	Ver. OTA (PROS)	.	.	.
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.